



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



– PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº10/2019 –

“Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências”

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, ficam criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.

§ 1º Comunidade escolar, para efeito desta Lei é o conjunto de alunos/as, pais ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade educacional.

§ 2º Comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, constituindo-se no órgão máximo de direção, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 5º O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

I - membros natos: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com direito a um único voto;

II - membros eleitos em assembléia do segmento, com mandato de dois (2) anos e podendo ser reeleitos, titular e suplente:

- a) do quadro do magistério, em efetivo exercício na unidade;
- b) dos trabalhadores da educação não docentes, em efetivo exercício na unidade;
- c) da APM;
- d) dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;
- e) da comunidade local;
- f) dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Visando a articulação democrática, os membros natos, o representante da APM e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, quando convidados, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam as escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade local de movimentos populares organizados e outras instituições públicas.

§ 3º A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

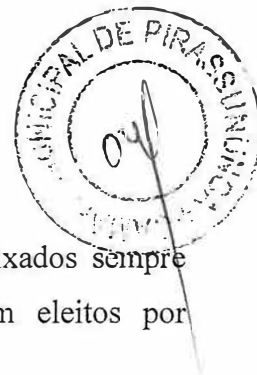
Art. 6º Os membros titulares do Conselho Escolar, e seus suplentes, serão eleitos em assembléia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§ 1º Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Integram o Conselho Escolar titulares e suplentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o máximo de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



respeitando-se o número par de titulares e suplentes dos membros eleitos, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.

§ 3º A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

- I - 30 % (trinta por cento) de integrantes do quadro do magistério;
- II - 20 % (vinte por cento) não docentes;
- III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou responsáveis legalmente constituídos;
- IV - 10% (dez por cento) da APM;
- V - 10% (dez por cento) da comunidade local;
- VI - 10% (dez por cento) alunos.

§ 4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade de alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho Escolar será bienal, sendo permitida reeleição e/ou substituição dos mesmos.

Parágrafo único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 8º O Conselho Escolar elegerá o/a Presidente, o/a Vice-Presidente e o/a Secretário/a entre os/as integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

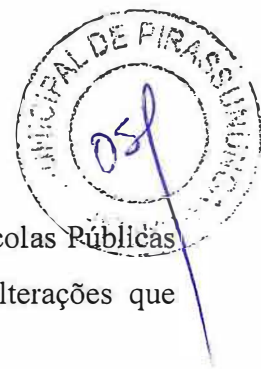
- I - discutir e adequar, implementando no âmbito da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;
- II - participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;
- III - participar da elaboração e fiscalizar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



IV - zelar pelo cumprimento do Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que considerar relevantes;

V - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

VI - opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a) sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de anos (séries) e classes por turnos, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b) cessão de prédio escolar, inclusive para outras atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registradas no Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.

VII - propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que a ele forem encaminhados;

VIII - opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares;

X - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto à equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - mobilizar campanhas de esclarecimentos sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras.

XII - deliberar sobre a viabilidade de projetos especiais;

XIII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) sugerindo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



XIV - acompanhar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação relativos à integração com as instituições auxiliares da escola quando houver e, com outras Secretarias Municipais;

XV - solicitar e sugerir assembleias gerais da comunidade escolar juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos quando houver a necessidade de discussão de algum assunto relevante que seja de sua competência;

XVI - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVII - participar de atividades de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVIII - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário;

XIX - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho.

Art. 10 O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11 O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante o contraditório e a ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

§ 1º O suplente assume em caráter de substituição no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.

§ 3º Após o processo de eleição e nomeação do novo titular, o mesmo permanecerá até o final do mandato do atual conselho.

Art. 12 As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13 Após a publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá prazo não superior a quatro meses para que todas as Escolas Municipais constituam seus respectivos Conselhos Escolares.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.

Pirassununga, 29 de agosto de 2019.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

Ao jurídico para parecer do advogado, no prazo de,
5 dias (art. 74, R.I.).
Pirassununga, 03 / 09 / 2019.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente

o Plenário para leitura no expediente e
encaminhamento às Comissões Permanentes
para parecer, com cópia aos Vereadores.
Pirassununga, 05 / 09 / 2019.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação para
dar parecer.
Sala das Sessões da C. M. de
Pirassununga, 09 de 09 de 2019.

Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoros
para dar parecer.
Sala das Sessões da C. M. de
Pirassununga, 09 de 09 de 2019.

Presidente

A Comissão de Educação, Saúde Pública e
Assistência Social, para dar parecer.
Sala de Sessões, 09 de 09 de 2019.

(Presidente)

A Comissão Permanente de Participação
Legislativa Popular, para dar parecer.
Sala das Sessões, 09 de 09 de 2019.

Presidente

Aprovada em 1ª discussão.
Sala das Sessões da C. M. de
Pirassununga, 04 de novembro de 2019.

Presidente

Aprovada em 2ª discussão.
A redação final.
Sala das Sessões da C. M. de
Pirassununga, 11 de 11 de 2019.

Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Ângela Maria Rosário relatou que possui seis professoras e, que quando for compor o Conselho Escolar de sua unidade as professoras em sua totalidade deverão ser conselheiras para atender percentual de trinta por cento de docentes, pois, três serão titulares e três suplentes. Deste modo, a assistente de diretor de escola Milena Senhorini sugeriu ao invés de ser trinta por cento de docentes por trinta por cento de profissionais do magistério. Sheila Treis, membro do Conselho de Alimentação Escolar (representante dos pais de alunos) questionou como será realizada a nomeação dos conselheiros. Foi informado que conforme parágrafo terceiro do artigo quinto se dará por Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação. Professor Azarite, membro do Conselho de Alimentação Escolar (representante das Organizações de Sociedade Civil) questionou se haverá um prazo após a publicação da lei para que as escolas municipais constituam os respectivos Conselhos. Foi explicado que no anteprojeto foi omissivo quanto a este ponto, considerado de relevância. Assim, será discutido qual o prazo adequado e necessário. O Vereador Paulo Rosa informou que após o recebimento do Anteprojeto pela Câmara de Vereadores a votação ocorrerá em aproximadamente em um mês. Ivanilda Dutra Castanheira, membro do CACS – FUNDEB (representante do Conselho Tutelar) perguntou se o Conselho Tutelar poderá participar das reuniões dos Conselhos Escolares. Foi explicado que, conforme previsão do parágrafo segundo do artigo quinto poderá o Conselho Tutelar participar com direito a voz e não a voto das reuniões do Conselho Escolar quando a pauta for pertinente a atuação do Conselho Escolar junto à respectiva unidade. Professor Azarite explanou que chegar a um documento que regule a atuação dos Conselhos Escolares não é uma tarefa fácil e que, neste primeiro momento o texto está muito bom e parabenizou a atuação das pessoas responsáveis. Ao término da audiência Yara apontou que o gestor da unidade escolar pode ser o presidente, porém, foi explicado que o anteprojeto vedou ao diretor de escola assumir a presidência para garantir a gestão democrática do colegiado. O Secretário Municipal de Educação Hamilton Alberto de Oliveira agradeceu a participação e presença de todos, informou que todas as sugestões apontadas serão encaminhadas para apreciação das pessoas que estão atuando na elaboração do anteprojeto para que, sendo de relevância seja incluído na versão a ser encaminhada para o Executivo e deu-se por encerrada a audiência. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezessete horas e dezoito minutos. Eu, Mireille Macarini Salera Penteado, designada secretária, lavrei a presente ata, a qual lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Sr. Secretário Municipal de Educação, Prof. Hamilton Alberto de Oliveira, presidente da Sessão, consignando, que as demais assinaturas constam do Livro de Registro de Presenças. Pirassununga, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



356
832

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, no auditório beta do Palácio de Educação, sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Pirassununga, localizado na Avenida Germano Dix, nº. 3350, Jardim Carlos Gomes, Pirassununga – SP, foi realizada a Audiência Pública com a finalidade de levar ao debate público o Projeto de Lei Complementar, ainda sem numeração, que “Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências”. O referido projeto cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32 de 2000, especificamente os artigos noventa e cinco ao cento e um. Às dezesseis horas e dez minutos, o Secretário Municipal de Educação, Prof. Hamilton Alberto de Oliveira abriu oficialmente a sessão de audiência, agradecendo a presença dos convidados, e em seguida passou a palavra para o vereador Paulo Rosa, que explanou sobre a importância dos Conselhos de Escola e necessidade de regulamentar o seguimento. Na sequência, a assistente de diretor de escola Sara Zero dos Santos iniciou a apresentação dos slides informando que o material foi produzido por meio de um estudo elaborado por um representante da gestão das unidades escolares, e posteriormente indicou as fontes utilizadas para a construção do Anteprojeto e a legislação que sustenta os Conselhos Escolares. Em seguida, a assessora de secretaria Sandra Aparecida de Oliveira Baccarin iniciou a leitura do Anteprojeto que projetado em slides para que os presentes pudessem acompanhar o texto. Finalizando a leitura foi aberta a palavra para manifestação sobre o tema. O vereador Paulo Rosa sugeriu que no parágrafo primeiro do artigo onze conste expresso que quando houver a substituição do membro do conselho esta se tornará vigente até o término do mandato dos conselheiros nomeados. Foi sugerido também pelo vereador que no parágrafo segundo o artigo quinto conste a possibilidade de outras instituições participarem com direito a voz nas reuniões do conselho escolar. A representante da APEOESP Yara Aparecida Bernardi Antonialli sugeriu que constasse a expressão “Instituições Públicas e Oficiais”. O representante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, cabo Mancini questionou se após a constituição dos Conselhos nas unidades escolares haverá algum acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação para verificar se as reuniões estão acontecendo e se o Conselho é ativo na escola. Yara se pronunciou dizendo que o gestor da escola é competente para realizar esse acompanhamento. Foi informado que na Secretaria Municipal de Educação a DPPAI (Divisão de Políticas Públicas e Avaliação Institucional) atualmente é responsável por acompanhar a vigência e registro das APMs (Associação de Pais e Mestres) das escolas municipais, portanto, será a divisão responsável em acompanhar a constituição e atuação dos conselhos escolares, para orientar a necessidade do conselho atuar efetivamente na gestão democrática da escola. A diretora de Creche



Art. 10. O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por quadrimestre letivo, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único: O quórum mínimo para deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11. O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - Destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante o contraditório e a ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - Ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III - Mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV - Renúncia;

V - Perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

Art. 11.

§ 1º. O suplente assume em caráter de substituição no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º. Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.

Art. 12. As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar n.º 32, de 25 de setembro de 2000.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

VI - Opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a. Sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de anos (séries) e classes por turnos, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b. Cessão de prédio escolar, inclusive para outras atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registradas no Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

VII - Propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que a ele forem encaminhados;

VIII - Opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - Sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares;

X - Encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto à equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - Mobilizar campanhas de esclarecimentos sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

XII - Deliberar sobre a viabilidade de projetos especiais;

XIII - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) sugerindo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIV - Acompanhar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação relativos à Integração com as instituições auxiliares da escola quando houver e, com outras Secretarias Municipais;

XV - Solicitar e sugerir assembleias gerais da comunidade escolar juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos quando houver a necessidade de discussão de algum assunto relevante que seja de sua competência;

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

XVI - Elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVII - Participar de atividades de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVIII - Elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário;

XIX - Promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - Manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho;



Art. 6º. §3º. A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

- I - 30 % (trinta por cento) docentes;
- II - 20 % (vinte por cento) não docentes;
- III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou responsáveis legalmente constituídos;
- IV - 10% (dez por cento) da APM;
- V - 10% (dez por cento) da comunidade local;
- VI - 10% (dez por cento) alunos.

§4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade de alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º. O mandato dos membros do Conselho Escolar será bienal, sendo permitida reeleição e/ou substituição dos mesmos.

Parágrafo Único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 8º. O Conselho Escolar elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

- I - Discutir e adequar, implementando no âmbito da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;
- II - Participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;
- III - Participar da elaboração e fiscalizar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

- IV - Zelar pelo cumprimento do Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que considerar relevantes;
- V - Avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

Art. 3º. O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, constituindo-se no órgão máximo de direção, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiros.

Art. 5º. O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

- I - Membros natos: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com direito a um único voto;
- II - Membros eleitos em assembleia do segmento, com mandato de dois (2) anos e podendo ser reeleitos, titular e suplente:
 - a) da equipe docente, em efetivo exercício na unidade;
 - b) dos trabalhadores da educação não docentes, em efetivo exercício na unidade;
 - c) da APM;
 - d) dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;
 - e) da comunidade local;
 - f) dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes;

Art. 5º.

§1º. Visando a articulação democrática, os membros natos, o representante da APM e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º. Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, quando convidados, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam as escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade local de movimentos populares organizados.

§3º. A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. Os membros titulares do Conselho Escolar, e seus suplentes, serão eleitos em assembleia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§1º. Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§2º. Integram o Conselho Escolar titulares e suplentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o máximo de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.



PARTE II

• LEITURA E DISCUSSÃO SOBRE O ANTEPROJETO

ANTEPROJETO DE LEI QUE:

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o inciso VI do artigo 206 da Constituição Federal que institui a gestão democrática do ensino público como princípio do ensino;

CONSIDERANDO o inciso VIII do artigo 3º da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que institui a gestão democrática do ensino público como princípio do ensino;

CONSIDERANDO o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui como diretriz do Plano Nacional de Educação a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

CONSIDERANDO a meta 17 e estratégia 17.5 da Lei nº 4.851 de 2015, alterada pela Lei nº 5.162 de 2017, que institui como meta e estratégia do Plano Municipal de Educação a gestão democrática da educação.

Art. 1º. Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, ficam criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

Art. 2º. O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.

§ 1º. Comunidade escolar, para efeito desta Lei é o conjunto de alunos, pais ou responsáveis legais por alunos, trabalhadores em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade educacional.

§ 2º. Comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:**✓DELIBERATIVA:**

É assim entendida quando a lei atribui ao conselho competência específica para decidir, em instância final, sobre determinadas questões.

Ex.: Quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

BRASIL, Ministério da Educação. SEB. Conselhos Escolares. Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF (2004). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conselhoce.pdf>

13

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:**✓CONSULTIVA**

Quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

BRASIL, Ministério da Educação. SEB. Conselhos Escolares. Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF (2004). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conselhoce.pdf>

14

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:**✓FISCAIS (ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO):**

Quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

BRASIL, Ministério da Educação. SEB. Conselhos Escolares. Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF (2004). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conselhoce.pdf>

15

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:**✓MOBILIZADORA:**

Quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

BRASIL, Ministério da Educação. SEB. Conselhos Escolares. Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF (2004). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conselhoce.pdf>

16

20/08/201



>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.**

✓**Estratégia 19.5:**

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

BRASIL, Lei nº 13.005/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2014/lei13005.htm

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Meta 17: Assegurar condições, em mesmo prazo previsto no PNE, para a efetivação da gestão democrática da educação, considerando critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como consulta pública à comunidade escolar e à sociedade civil organizada, no âmbito da educação pública, prevendo apoio técnico da União para tanto.

PRASILÂNDIA, Lei nº 3.162/2017. Disponível em: <http://www.prilandia.ms.gov.br/legislacao/leis/2017/Lei3162.pdf>

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Estratégia 17.6: Assegurar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, estimulando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

PRASILÂNDIA, Lei nº 3.162/2017. Disponível em: <http://www.prilandia.ms.gov.br/legislacao/leis/2017/Lei3162.pdf>

>SOBRE OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.

✓Representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade

✓São Instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

✓Têm papel decisivo na democratização da educação e da escola;

BRASIL, Ministério da Educação. SEB. Conselhos Escolares. Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/25ConselhosEscolares.pdf>

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

BRASIL, LDB 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1994/leis/leis9394.htm

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as peculiaridades conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

BRASIL, LDB 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1994/leis/leis9394.htm

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integrem progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

BRASIL, LDB 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1994/leis/leis9394.htm

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

✓Meta 19:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

BRASIL, LEI Nº 13.005/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/lei13005.htm

20/08/201



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Secretaria Municipal de Educação



Audiência Pública – 14/08/2019
16h, Palácio da Educação

FONTES UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ANTEPROJETO

- BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL, LDB 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- BRASIL, LEI n° 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- PIRASSUNUNGA, LEI n° 4851/2014. Aprova o Plano Municipal de Educação. Disponível em: <http://leis.camara.pirassununga.sp.gov.br/leis/leis/2015/4851.pdf>
- PIRASSUNUNGA, LEI n° 5.162/2017. Alteração da Lei Municipal n° 4851, de 16/09/2015. Disponível em: <http://leis.camara.pirassununga.sp.gov.br/leis/leis/2017/5162.pdf>
- PIRASSUNUNGA, Lei Complementar n° 32/2000 (Artigos 95 ao 101). Disponível em: <http://leis.camara.pirassununga.sp.gov.br/leis/leis/2000/32.pdf>
- Regimento Comum das Escolas Municipais de Pirassununga – Anexo única (Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de dezembro de 2016).

FONTES UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ANTEPROJETO

- BRASIL, Ministério da Educação. SEB. Conselhos Escolares. Democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, DF(2004). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consecol/ce_cad1.pdf
- Conselho escolar: fortalecendo redes para a gestão democrática; organização Cibelle Amorim Martins, Cida Luzia Oliveira da Silva, Francisco Herbert de Lima Vasconcelos. - Fortaleza: Enxada, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&Itemid=43151-fortalecendo-redes-para-gestao-democratica-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
31	Adriana B. Marchi	Gestora	
32	Renato Osmar Ruygori	FUNDEB	
33	Eliana Ap. Lonetti	SME/DTIC	
34	Adriana Ap. Luz de Lima	Gestora	Adrianadlima
35	Yara Bernardi	Diretora Regional ALEDES?	
36	Dábia H. G. R. Prado	SME - DACA	
37	Miriele M. S. Penteado	Pres. Fundeb	
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LISTA DE CHAMADA

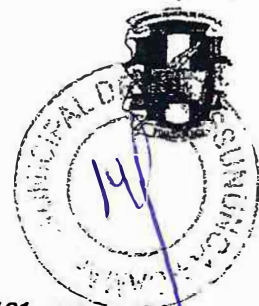
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação



N.	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
16	Mileia S. Mancini	Gestora	Mileia S. Mancini
17	Vânia Lucinda Camilo	Gestora	Vânia Lucinda Camilo
18	Janilda Bastianelli	FUNDEB	Janilda Bastianelli
19	Edna Socorro J. B. Lima	Gestora	Edna Socorro J. B. Lima
20	Fulce Bonani	SME LOPPAL	Fulce Bonani
21	Márcia Coelho Liberato	Gestora	Márcia Coelho Liberato
22	Shirley F. dos Santos	CAE	Shirley F. dos Santos
23	Domingos App. Azeite	CAE	Domingos App. Azeite
24	Luciana Luzia da Terra	CAE	Luciana Luzia da Terra
25	Maria José Pereira Hansen	CAE	Maria José Pereira Hansen
26	Angela Andréia Fonseca da Silva	Gestora	Angela Andréia Fonseca da Silva
27	Leticia Regina Santos	Gestora	Leticia Regina Santos
28	Linda M. O. Almeida	Cons. Muni. Educ. Gestora	Linda M. O. Almeida
29	Erika Barbosa	FUNDEB	Erika Barbosa
30	Olga Cristina Zaninetti	Gestora	Olga Cristina Zaninetti



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

N.º	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
1	Fátima G. Santos dos Vires	FUNDEB	
2	Sara Zera dos Santos	CACS FUNDER	Sara Zera Santos
3	Almir Rogério Ferraz	CM DCA	
4	Marilice Botteon da Silva Savelini	SME - Assessor	
5	Sandra Ap. de Oliveira Ballarin	SME Assessor	
6	Osvaldo	Gestora	
7	Helena (Fábia E. L. Gonzalez)	Gestora	Helena Gonzalez
8	Vanessa Andreazzi	SME - Ensino Médio	Andreazzi
9	Lúci Aparecida Furlan Vick	Gestora	
10	Marina Furlan	Prof. Coord. Pedagógica	
11	Ana Maria P. Bueno da Silva	Cons. mun. Educ.	Ana Maria
12	Atali Ap. de Souza Florêncio	Gestora	Atali Florêncio
13	Angela Maria Rosário	Gestora	Rosário
14	Regiane Graça Pagotto	Gestora	Regiane Graça Pagotto
15	Paula Cristina Moquimino Gentil	Gestora	Paula Cristina Moquimino



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
65	ISRAEL FOGUEL	Presidente da Academia Pirassununguense de Letras, Artes, Ciências e Educação - APLACE	
66	JOSÉ LAURO ROCCHETTI	Secretário-Geral do Observatório Cidadania de Pirassununga	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
49	ALESSANDRO PEDRO MARANGONI	Diretor da Rádio Difusora de Pirassununga - AM	
50	JOÃO NILTON GONÇALVES	Diretor Proprietário da Rádio Difusora de Pirassununga - AM	
51	HUGO ROLANDO ARANA PESSOA	Proprietário da Rádio Mundial - FM	
52	JOSÉ CARLOS ELMOR	Proprietário da Rádio Mundial - FM	
53	ALESSANDRO PEDRO MARANGONI	Diretor da Rádio Mundial FM	
54	WELSON TREVISAN	Diretor da Rádio Transamérica Hits	
55	ATAMIR ANGIOLUCI CAMPOS	Diretor da Piracema FM	
56	JOSÉ ANTONIO BATEL	Presidente da Rádio Comunitária Kerigma FM	
57	ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA	Jornalista do Portal Pirassununga On	
58	ODIRLEY APARECIDO DE MELLO MONTESINO	Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Pirassununga	
59	MOACYR FONSECA JÚNIOR	Presidente da APAE	
60	DERMIVAL BRADTFIXE IGNÁCIO	Presidente do Lar André Luiz	
61	JOSÉ ROBERTO AZEVEDO	Presidente do Centro Pirassununguense de Assistência à Infância	
62	PROF. ANÍSIO DA COSTA	Dirigente Regional de Ensino	
63	TALITA NOÉ DE SOUZA	Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirassununga	
64	MARCILEI APARECIDA CONRADI VILLAR	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
33	DR. LUIS HENRIQUE RODRIGUES DE ALMEIDA	1º Promotor de Justiça	
34	DRA. TELMA REGINA FERNANDES REGO PAGOTO	2ª Promotora de Justiça	
35	DR. JOSÉ CARLOS GALLUCCI THOMÉ	3º Promotor de Justiça	
36	DR. RAFAEL PINHEIRO GUARISCO	Juiz Auxiliar da Comarca de Pirassununga	
37	DR. ANDRÉ LUIZ TAVARES DE CASTRO PEREIRA	Juiz Titular da Vara do Trabalho de Pirassununga	
38	DR. CARLOS RODRIGO KAZU TAGAMORI	Presidente da 9ª Subseção da O.A.B.	
39	BRIG AR DAVID ALMEIDA ALCOFORADO	Comandante da Academia da Força Aérea	
40	TEN CEL CAV ANDRÉ SÁ E BENEVIDES ARRUDA	Comandante do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
41	DRA. TATIANE CRISTINA PARIZOTTO	Delegada de Polícia Titular	
42	DR. MAURÍCIO MIRANDA DE QUEIROZ	Delegado do 1º Distrito de Polícia de Pirassununga	
43	DR. JOÃO FERNANDO BAPTISTA	Delegado do 1º Distrito de Polícia de Pirassununga	
44	CAP PM NEYMAR PEREIRA DOS SANTOS	Comandante da 3ª Companhia do 36º Batalhão de Polícia Militar do Interior	<i>[Handwritten Signature]</i>
45	TEN CEL PM RICARDO ROBERTO TOFANELLI	Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária	
46	1º TEN ANDRÉ GIULIANO RISSO BOVOLON	Comandante da Estação de Corpo de Bombeiros de Pirassununga	
47	1º TEN PM IVO FABIANO MORAIS	Comandante do 1º Pelotão de Policiamento Ambiental de Pirassununga	
48	CLÁUDIO MARQUEZELLI	Diretor Proprietário do Jornal "JC Regional"	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA


AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

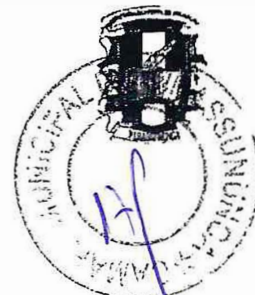
Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
17	VALDIR ROSA	Secretário Municipal de Meio Ambiente	
18	PAULO ANDRÉ SILVA TANNÚS	Secretário Municipal de Segurança Pública	
19	DR. LUIZ GONZAGA NEVES MELO JÚNIOR	Procurador Geral do Município	
20	JEFERSON RICARDO DO COUTO	Presidente da Câmara Municipal	
21	EDSON SIDINEI VICK	Vereador	
22	JOSÉ ANTONIO CAMARGO DE CASTRO	Vereador	
23	LEONARDO FRANCISCO SAMPAIO DE SOUZA FILHO	Vereador	
24	LUCIANA BATISTA	Vereadora	
25	NELSON PAGOTI	Vereador	
26	PAULO EDUARDO CAETANO ROSA	Vereador	
27	PAULO SÉRGIO SOARES DA SILVA - "Paulinho do Mercado"	Vereador	
28	VITOR NARESSI NETTO	Vereador	
29	WALLACE ANANIAS DE FREITAS BRUNO	Vereador	
30	DR. DONEK HILSEN RATH GARCIA	Juíz de Direito da 1ª Vara	
31	DRA. FLÁVIA PIRES DE OLIVEIRA	Juíza de Direito da 2ª Vara e Diretora do Fórum	
32	DR. JORGE CORTE JÚNIOR	Juíz de Direito da 3ª Vara	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
1	ADEMIR ALVES LINDO	Prefeito Municipal	
2	DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN	Vice Prefeito Municipal	
3	LILIANE BERNADETE PAVÃO ALVES LINDO	Presidente do Fundo Social de Solidariedade	
4	EDGAR SAGGIORATTO	Secretário Municipal de Saúde	
5	JOSÉ LOURENÇO MARINHO	Secretário Municipal de Esportes	
6	JORGE LUIS LOURENÇO	Secretário Municipal de Governo	
7	ANTONIO CARLOS FELIX DOS SANTOS	Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
8	SÔNIA IRANI MANGETTI DA SILVA	Secretária Municipal de Promoção Social	
9	JOSÉ SALVADOR FUSCA MACHADO	Secretário Municipal de Obras e Serviços	
10	ROBERTO DONIZETI BRAGAGNOLLO	Secretário Municipal de Cultura e Turismo	
11	MARIA PRISCILA SAMPAIO DE SOUZA	Secretária Municipal dos Direitos Humanos, Cidadania e Justiça	
12	PROF. HAMILTON ALBERTO DE OLIVEIRA	Secretário Municipal de Educação	
13	LEONARDO FLINK MAIALLE	Secretário Municipal de Finanças	
14	VIVIANE DOS REIS	Secretária Municipal de Administração	
15	WILLIAN PASSOS PONCIANO	Secretário Municipal de Comércio e Indústria	
16	NATAL FURLAN	Secretário Municipal de Agricultura	

338
835

Assunto CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Remetente dppal.educacao <dppal.educacao@pirassununga.sp.gov.br>



Para Creche Emma Beretta <creche.emma.berretta@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Néilson Ribeiro <creche.nelson.ribeiro@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Paulo Marsiglio <creche.paulo.marsiglio@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Lourdes Victorelli <creche.lourdes.victorelli@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Adella Bruno <creche.adella.bruno@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Maria Eugênia <creche.maria.eugenia@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Nedy de Oliveira <creche.nedy.de.oliveira@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Prof. Terezinha S. K. Marostegan <creche.terezinha.marostegan@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Olympio Guiguer <creche.olympio.guiguer@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Jayme Montanhelo <creche.jayme.montanheiro@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Cerli <creche.cerli.rodrigues@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Oscar Guelli <creche.oscar.guelli@pirassununga.sp.gov.br>, EMEJA Abbibe Appes <emeija.abbibe.appes@pirassununga.sp.gov.br>, EMEJA CAIC Dr. Eltel Arantes Dix <emeija.calc@pirassununga.sp.gov.br>, EMEJA Prof. Sérgio Collus <emeija.sergio.collus@pirassununga.sp.gov.br>, EMEJA Salvador Andreetta <emeija.salvador.andreetta@pirassununga.sp.gov.br>, EMEJAEF Prof. Júlia Colombo de Almeida <emeijaef.julia.colombo@pirassununga.sp.gov.br>, EMEJAEF Prof. Alice Léléis <emeijaef.alice.leleis@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF Prof. Zuleika Vélde Franceschi Velloso <emeijaef.zuleika.veloso@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF CATHARINA SINOTTI <emeief.catharina.sinotti@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF Prof. Arcádio Giacomelli Stel <emeief.arcdio.giacomelli@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF Vília dos Sargentos <emeief.vila.dos.sargentos@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF Prof. Lenira Papa <emeief.lenira.papa@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF Rotary Club <emeief.rotary.club@pirassununga.sp.gov.br>, EMEI BELMIRO WALMOR URBAN <emelja.walmor.urban@pirassununga.sp.gov.br>, Emelef Anna Mahnic Daniel <emelefr.anna.mahnic@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF(R) Antonina Alves de Araújo <emelefr.antonina.alves@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF Prof. Maria Ap. Reck Cabral Guimarães <emelefr.reck.cabral@pirassununga.sp.gov.br>, Emelef Prof. Iran Rodrigues <emelef.iran.rodrigues@pirassununga.sp.gov.br>, Emelef Prof. Próspero Grisi <emelef.prospero.grisi@pirassununga.sp.gov.br>, Emelef Jornalista Washington Luiz de Andrade <emelef.jornalista.washington@pirassununga.sp.gov.br>, EMEF Elói Chaves <emelef.eloi.chaves@pirassununga.sp.gov.br>, EMEIEF CAIC Dr. Eltel Arantes Dix <emelef.calc@pirassununga.sp.gov.br>, Emelef Prof. Maria José de Oliveira Jacobsen <emelef.jacobsen@pirassununga.sp.gov.br>, EMAIC Castelhinho <emalc.castelhinho@pirassununga.sp.gov.br>, EMAIC Zona Norte <emalc.zona.norte@pirassununga.sp.gov.br>, Centro Pirassununguense de Assistência à Infância <cpainf@gmail.com>, Lar André Luiz - Educandário Giovanni Bosco <lar.andreluz@hotmail.com>, AMMA <amma_pirassununga@hotmail.com>

Data 2019-08-02 11:15

• CONVITE.jpg (266 KB)

Bom dia,

Segue em anexo o convite para a Audiência Pública que será realizada na Secretaria Municipal de Educação sobre alterações na Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares.

Esse convite se estende para toda a equipe da unidade escolar, APM e comunidade em geral.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação - Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes. Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

CONVITE



A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que tem por finalidade promover o debate público para viabilizar alterações da Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação

Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes. Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

[INÍCIO](#)[PREFEITURA](#)[SERVIÇOS](#)[GOVERNAMENTAL](#)[A CIDADE](#)

participe do debate sobre a proposta de Lei que dispõe sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

O evento aberto será realizado às 16h de 14 de agosto (uma quarta-feira) no Palácio da Educação, localizado na Avenida Germano Dix, 3.350, Jardim Carlos Gomes.

Serviço

- Audiência Pública – Discussão de alterações na Lei Complementar n.º 32/2000
- Data: 14 de agosto de 2019
- Horário: 16h
- Local: Palácio da Educação – Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que tem por finalidade promover o debate público para viabilizar alterações da Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação

Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP



Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Compartilhe isso:



Curtir isso:

Curtir

Seja o primeiro a curtir este post.

Relacionado

Audiência Pública
debate previsão
orçamentária
setembro 13, 2017

Secretaria de
Educação realiza
Fórum Municipal de
Educação em agosto

Fórum Municipal da
Educação se inicia
nesta semana
maio 8, 2017

Comunicação

Cultura e Turismo

Demais

Demutran

Destaque da Cidade

Destaque1

Direitos Humanos

Educação

Esporte

Estradas

Finanças

Fundo Social

Gabinete

Governo e Administração

Habitação

Indústria e Comércio

Meio Ambiente

Não categorizado

Obras e Serviços

Planejamento

Promoção Social

SAEP

Saúde

Segurança





INÍCIO

PREFEITURA ▾

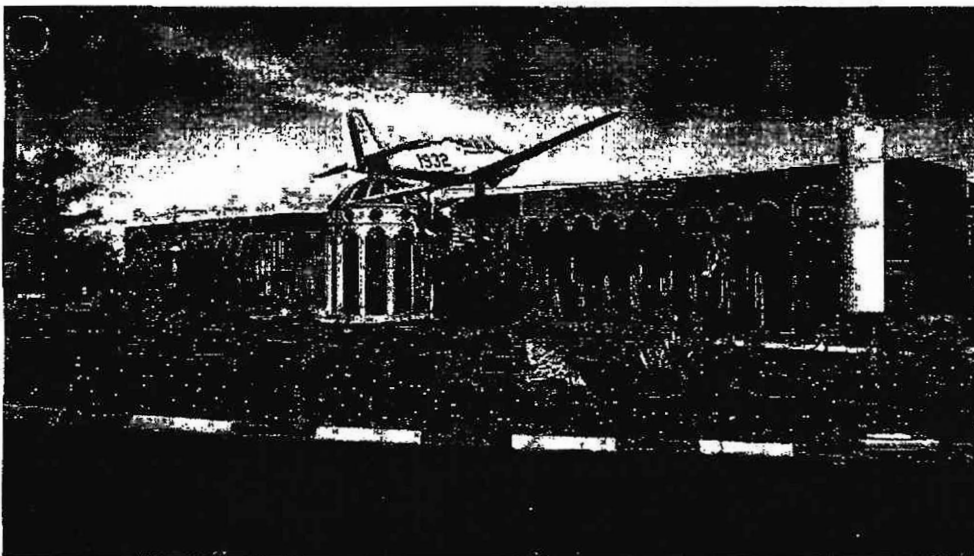
SERVIÇOS ▾

GOVERNAMENTAL ▾

A CIDADE ▾



Prefeitura de Pirassununga

[Pesquisar](#)[Posts recentes](#)

Desfile de Aniversário de Pirassununga terá 20 entidades e corporações e começa às 9h

Prefeitura funciona normalmente na segunda-feira, véspera de feriado municipal

Pirassununga conquista em casa vitória contra Tambaú na Liga de Futsal Feminino

GCM de Pirassununga conclui Estágio de Condutor de Cães de Guerra em São José dos Campos/SP

Feira de Incentivo à Leitura chega a sua 6ª Edição e será realizada neste sábado

[Demais](#) [Destaque da Cidade](#) [Educação](#)

Secretaria da Educação realiza Audiência Pública sobre alteração em regras dos Conselhos Escolares

agosto 1, 2019 • Oficial Imprensa • 0 comentários • audiência pública, Conselhos Escolares, educação

A Secretaria de Educação de Pirassununga realiza no próximo dia 14 de agosto Audiência Pública para debater possíveis alterações em dispositivos da LC 32/2000. O debate público terá como enfoque a discussão de alterações na Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares.

[Categorias](#)



Prefeitura Municipal
de Pirassununga
@prefeitura.pirassununga

Página Inicial

Publicações

Avaliações

Videos

Fotos

Sobre

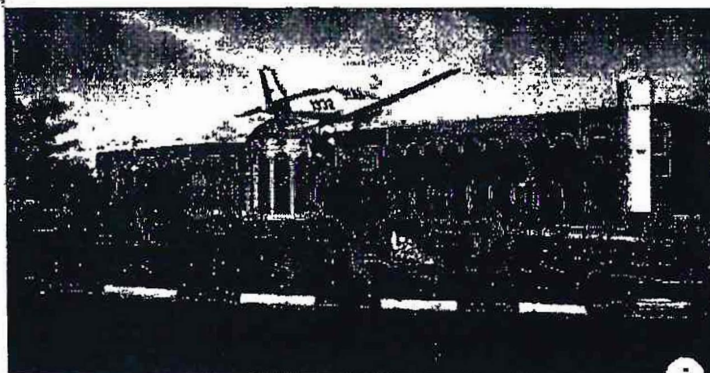
Comunidade

Eventos

Criar uma Página

Curtiu Seguido Compartilhar

Prefeitura Municipal de Pirassununga
2 de agosto às 09:30



PIRASSUNUNGA.SP.GOV.BR

Secretaria da Educação realiza Audiência Pública sobre
alteração em regras dos Conselhos Escolares - Prefeitura...

63

4 comentários 16 compartilhamentos

Curtir

Comentar

Compartilhar



Prefeitura Municipal de Pirassununga fez uma transmissão ao vivo.

1 de agosto às 20:07

Enviar email

Enviar mensagem

O Facebook está mostrando informações para ajudar
você a entender melhor o propósito de uma Página. Veja
as ações das pessoas que administram e publicam
conteúdo.

Página criada em 27 de dezembro de 2016

Páginas relacionadas



Pirassununga On

Laminiha Borges criou isso
Site de notícias e mídia

Curtir



Secretaria Cultura Pir...

Milena Senhorini Maraf...
Produções teatrais

Curtir



Bilo Supermercado

Vanila Marquesini criou ...
Empresa de varejo

Curtir

Páginas curtidas por esta Página



Secretaria Muni...

Curtiu



Secretaria Muni...

Curtiu

JOGOS INSTANTÂNEOS



SEUS JOGOS



SUAS PÁGINAS



EMAIC Zona Norte



Trio de Vozes

CONTATOS



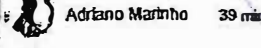
Elaine Siqueira



Rodrigo Medeiros



André Brandão Léo

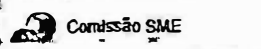


Adriano Marinho



Neel Damaris Benatti

CONVERSAS EM GRUPO



Comissão SME

Pesquisar



Digite aqui para pesquisar



FOR 15:07
PTB 05/08/2019

Pirassununga, 02 de Agosto de 2019

Bom Sucesso

Globo - 19:15h

02-Sexta-feira-Marcos convida Paloma para ir até seu bar. Mario insiste para Nana continuar na editora. Alberto desmela, enquanto lida um livro para Sofia. Paloma conta a Marcos que está doente e que tem apenas seis meses de vida. Alice e Peter encontram o resultado do exame de Paloma de baixo da cama da mãe. Paloma e Marcos passam a

encontro de Alberto. Diogo convence Nana a cuidar do testamento de Alberto. Marcos diz a Alberto que o ama. Nana escuta Alberto pedir a Marcos para cuidar da Prado Monteiro. Ramon pede Paloma em casamento.

03-Sábado-Nana diz a Marcos que só volta para a editora se Alberto pedir. Os funcionários do laboratório descobrem que o exame de Alberto foi trocado com o de Paloma. Alberto é informado pelo médico que tem poucos

anos de vida. Nana expulsa Paloma da mansão ao reconhecê-la. Alberto manda Bezinha e Lella descobrirem em que loja Paloma trabalhou. Marcos conta a Silvana Nolasco que publicará seu livro. Ramon expulsa Vicente do time. Eugênia ameaça retirar o patrocínio ao time de basquete por causa de Vicente. Alberto acusa Diogo de golpista, mas afirma que assinou seu testamento caso o rapaz encontre Paloma para ela.

05-Segunda-feira-Marcos tem uma ideia para alavancar as vendas da editora. Paloma se distraía de funcio-

nalidade da editora com o caso de Diogo. Nana expulsa Paloma da mansão ao reconhecê-la. Alberto manda Bezinha e Lella descobrirem em que loja Paloma trabalhou. Marcos conta a Silvana Nolasco que publicará seu livro. Ramon expulsa Vicente do time. Eugênia ameaça retirar o patrocínio ao time de basquete por causa de Vicente. Alberto acusa Diogo de golpista, mas afirma que assinou seu testamento caso o rapaz encontre Paloma para ela.

07-Quarta-feira-Alberto

dinheiro para ela encontrar Alberto. Alberto pergunta a Diogo por Paloma.

08-Quinta-feira-Diogo diz a Alberto que Paloma é perigosa. Luan beija Alice e a pede em namoro. Gabriela tenta conversar com Vicente sobre a demissão de Ramon. Gabriela fica feliz ao ver Vicente e Ramon se entendem.

do. Paloma aceita se casar com Ramon. Alberto vai com Sofia até Bonsucesso. Silvana assina o contrato da editora e entrega para Marcos. Lella conta a Nana que Alberto saiu de carro com Sofia. Paloma descobre que Marcos está namorando Silvana Nolasco. Paloma se surpreende quando Alberto a procura.

Dicas na decoração de Persiana e Cortinas

Elas têm um grande peso na composição de um ambiente e, mais do que decorativas, são amplamente funcionais: oferecem privacidade, reduzem e bloqueiam a passagem de luz, protegem os móveis e eletrodomésticos do sol e diminuem os ruídos externos.

Com boas escolhas, é possível fazer com que a decoração com cortinas ou persianas uma funcionalidade com valorização do espaço.

Para isso, é preciso definir o melhor modelo, o tecido ideal e qual o propósito do ambiente em que ela será instalada. A seguir, separamos algumas dicas especiais para te ajudar nessa escolha.

Decoração com cortinas

Na hora de escolher o tipo

de cortina ou persiana, é importante avaliar a temperatura do ambiente. Materiais mais leves, que permitam a ventilação, são mais adequados para lugares mais quentes. Neste tipo se enquadram tecidos como o voal e gaze de linha, mas é preciso lembrar que eles necessitam do apoio de bicleutes se a intenção for bloquear totalmente a entrada de luz.

Nos quartos, tecidos pesados como linho ou leves como a seda caem muito bem. Já na cozinha ou lavanderia, a aplicação de persianas costuma oferecer mais praticidade.

Qual o comprimento ideal?

Cortinas curtas, que terminam logo após a janela, são indicadas quando o cômodo é pequeno e elas possam atreparar uma área de passagem, por



exemplo. Nos demais casos, o comprimento longo, com cerca de 2 cm de distância entre o tecido e o chão, funciona muito bem e acrescenta sofisticação à sala ou quarto.

Se a parede não for muito grande, é possível vesti-la quase que totalmente com a cortina, como na imagem abaixo – caso contrário, cobrir cerca de 15 cm da lateral após o fim da janela deixa espaço para elementos decorativos como quadros e luminárias.

casar bem com ambientes mais amplos. Já as persianas de madeira são indicadas quando a intenção é criar uma sensação de calor e aconchego. Os modelos produzidos com bambu têm a função oposta: deixam o local mais fresco, graças às suas propriedades termo isolantes.

Antes de tomar sua decisão, lembre-se: cortinas e persianas dão um toque final à decoração, por isso escolha-as depois de ter definido os móveis e a paleta de cores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Secretaria Municipal de Educação

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Audiência Pública – Visa Alterar Dispositivos da LC 32/2000

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, vem informar o debate público para que discussão de alterações na Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares. A Audiência Pública será aberta a toda sociedade e tem por finalidade fazer o chamamento para que a população em geral participe do debate sobre a proposta de Lei que dispõe sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação - Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação



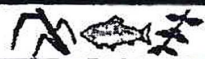
Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil do Estado de São Paulo
Primeiro Distrito Policial da Pirassununga
Rua XV de Novembro, 2448 - Centro
CEP 13.630-140 - Fone: (19) 3561-8556



Edital N.º 002/2019

A DRA. TATIANE CRISTINA PARIZOTTO, Delegada de Polícia do Primeiro Distrito Policial de Pirassununga/SP no uso de suas atribuições legais...

FAZ SABER: Que no dia 15 de agosto de 2019, às 14h00, o Delegado Seccional de Polícia de Limeira/SP DR. ANTONIO LUIS TUCK/MANTEL, nos termos do Decreto 51.039, de 09/08/2006 e Resolução SSP 46/70, procederá Correção Periódica Ordinária referente ao 2º semestre do Corrente ano, nesta distrital, ocasião em que concederá audiência pública para apresentação de sugestões, queixas ou reclamações sobre os serviços policiais civis desta Unidade Policial, os quais nesta data deverão estar presentes no dia e hora designados, nos termos do presente Edital.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 31 de julho de 2019 | Ano 06 | Nº 072

população em geral participe do debate sobre a proposta de Lei que dispõe sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação - Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes. Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Justiça

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE PIRASSUNUNGA/SP

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL - CONSELHEIROS TUTELAR EDITAL 001/2019

PIRASSUNUNGA, 30 DE JULHO DE 2019

SEGUE ABAIXO RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO, APLICADA AOS CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR DE PIRASSUNUNGA, NO DIA 28 DE JULHO DE 2019 DAS 8h às 12h NO PALÁCIO DA EDUCAÇÃO.
ENDEREÇO : Avenida Germano Dix, 3350, Jardim Carlos Gomes Pirassununga - SP

MAIRA CRISTINA SOARES
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

CONHECER

Seres humanos cuidando do humano nos Seres

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA - SP

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR. GESTÃO 2020-2024
RESULTADO E RELATÓRIO DA PROVA APLICADA EM 28-JULHO-2019

PIRASSUNUNGA, 30 DE JULHO DE 2019.

INTERESSADO

COMISSÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Assunto

RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO, APLICADA AOS CANDIDATOS AO OT

Prezados (as) Senhores (as)

Venho através deste informar o resultado da prova de conhecimentos aplicada aos candidatos ao Conselho Tutelar.

334
28/1



Pirassununga, 31 de julho de 2019 | Ano 06 | Nº 072

Pirassununga. **Objeto da Locação:** imóvel situado na Rua Siqueira Campos, 2876, Centro, em Pirassununga – SP, destinado exclusivamente ao funcionamento do CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial). **Prorrogação:** fica prorrogado a o contrato por 12 meses a contar de 10 de abril de 2019 retroagindo efeitos àquela data. **Valor:** o valor para atender o período será de R\$ 22.602,60 (vinte dois mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos). **Assinatura:** 31/07/2019. ADEMIR ALVES LINDO – Prefeito Municipal.

Procuradoria-Geral do Município

TERMO DE ADESÃO A TRABALHO VOLUNTÁRIO

PROTOCOLO Nº 1155/2019.

TERMO DE ADESÃO A TRABALHO VOLUNTÁRIO, que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, e de outro, LUCIA APARECIDA RUIVO, em observância aos termos da Lei Federal nº 9.608/98.

TERMO DE ADESÃO A TRABALHO VOLUNTÁRIO, que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA; e de outro, LUCIA APARECIDA RUIVO, em observância aos termos da Lei Federal nº 9.608/98.

Constitui objeto do presente: TRABALHO VOLUNTÁRIO JUNTO AO CRAS DA VILA SANTA FÉ E OUTROS, A FIM DE PRESTAR SERVIÇOS DE CABELEIREIRA. SERÃO QUATRO ATENDIMENTOS POR MÊS, SENDO UMA VEZ POR SEMANA, ÀS TERÇA-FEIRAS, DAS 13H30 AS 15H30.

A vigência da presente avença dar-se-á no

período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente termo de adesão, cujos trabalhos realizar-se-ão nas dependências do CRAS DA VILA SANTA FÉ E OUTROS, podendo ser rescindido por ato unilateral de qualquer das partes, devendo, antes porém, denunciá-lo dentro de 30 (trinta) dias.

Este termo de Adesão não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza empregatícia, tão pouco previdenciária ou afim, sendo que a natureza da prestação de serviços é absolutamente gratuita, não fazendo o voluntário jus a qualquer tipo de remuneração, ou indenização nem mesmo por eventuais acidentes que ocorram no local de trabalho.

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2019
Pirassununga, 30 de julho de 2019.

LUIZ GONZAGA NEVES MELO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Secretaria Municipal de Educação

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Edital de Audiência Pública – Visa Alterar Dispositivos da LC 32/2000

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, vem informar o debate público para que discussão de alterações na Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares. A Audiência Pública será aberta a toda sociedade e tem por finalidade fazer o chamamento para que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

“ J U S T I F I C A T I V A ”



Excelentíssimo Presidente:

Excelentíssimos Vereadores:

Encaminhamos para apreciação dos nobres Vereadores desse Egrégio Legislativo, projeto de Lei Complementar que **dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.**

As mudanças vividas a partir da década de 1980 no Brasil constituíram um movimento de transferência de empoderamento e responsabilidade dos governos centrais para as comunidades locais.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 206 que o ensino deve ser ministrado com base na gestão democrática. Dessa forma, seguindo os preceitos constitucionais, na esteira da democratização do País, foram aprovadas e sancionadas a LDB, Lei nº 9.394/1996 e, mais recentemente, a Lei nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação - PNE. Ambas seguem a diretriz constitucional, no tocante à instituição da gestão democrática como princípio do ensino.

O Conselho Escolar tem como atribuição acompanhar os mais variados processos de ensino-aprendizagem de maneira articulada, exercendo um papel fundamental para a construção da identidade da unidade de ensino, permitindo que de fato ela contribua para a melhoria da qualidade da educação dos alunos, de forma democrática e participativa.

Este colegiado é fundamental para o bom funcionamento da instituição de ensino e para a promoção da democracia. Ele permitirá organizar planos, metas e projetos escolares, além de contribuir para a organização e aplicação de recursos, planos educacionais, cumprimento do calendário escolar e para a elaboração do projeto pedagógico das unidades de ensino.

Pelo exposto, submetemos o presente projeto de Lei Complementar para apreciação pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Pirassununga, 29 de agosto de 2019.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Ofício nº 071/2019

A secretaria para numerar e registrar a
propositura.
Pirassununga, 02 de 09 de 2019

Jeferson Ricardo do Couto
Pirassununga, 29 de agosto de 2019.
Presidente

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, Projeto de Lei Complementar que **dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.**

Atenciosamente,

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

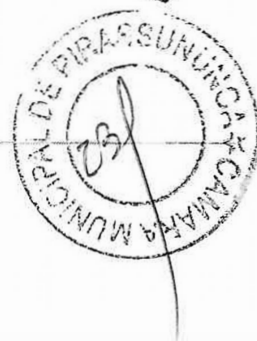
Excelentíssimo Vereador
JEFERSON RICARDO DO COUTO
Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta.

Prot. nº 170/2000

Assunto **Projetos de Lei para parecer**
De Câmara Municipal de Pirassununga
<legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>
Para Roberto Campos <rpcadv@gmail.com>
Data 2019-09-03 09:52
Prioridade Alta

roundcube 



- PDL_13_2019.pdf (~2,7 MB)
- PLC_10_2019.pdf (~7,1 MB)
- PL_049_2019.pdf (~694 KB)
- PL_048_2019.pdf (~793 KB)
- PL_047_2019.pdf (~775 KB)
- PL_052_2019.pdf (~835 KB)
- PL_051_2019.pdf (~868 KB)
- PL_050_2019.pdf (~882 KB)

Prezado Senhor

Roberto Pinto de Campos,

Assessor Jurídico,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Vereador Jeferson Ricardo do Couto, Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga, e atendendo ao artigo 74 do Regimento Interno desta Casa, a Secretaria Geral encaminha a Vossa Senhoria, para parecer do advogado no prazo de 05 (cinco) dias, o(s) seguinte(s) projeto(s):

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2019**, de autoria do Vereador José Antonio Camargo de Castro, que concede ao Cabo PM Thiago César de Lima Baia, o título de "Cidadão Pirassununguense";
- **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga;
- **Projeto de Lei nº 47/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que visa autorizar inclusão de nova ação nº 1703 – Recape em Ruas do loteamento Jardim Brasília, na Lei Municipal nº 5.196, de 20 de dezembro de 2017, o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021;
- **Projeto de Lei nº 48/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que visa autorizar inclusão de nova ação nº 1703 – Recape em Ruas do loteamento Jardim Brasília, na Lei Municipal nº 5.311, de 29 de junho de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019;
- **Projeto de Lei nº 49/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que visa autorizar o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, até o limite de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), destinado a atender abertura da nova ação nº 1703 – Recape em Ruas do loteamento Jardim Brasília;
- **Projeto de Lei nº 50/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que visa autorizar inclusão de nova ação nº 2606 – Incremento PAB Custeio Saúde, na Lei Municipal nº 5.196, de 20 de dezembro de 2017, o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021;
- **Projeto de Lei nº 51/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que visa autorizar inclusão de nova ação nº 2606 – Incremento PAB Custeio Saúde, na Lei Municipal nº 5.311, de 29 de junho de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019; e
- **Projeto de Lei nº 52/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que visa autorizar o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, até o limite de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), destinado a atender abertura da nova ação nº 2606 – Incremento PAB Custeio Saúde.

Atenciosamente,

--
Jéssica Pereira de Godoy
Analista Legislativo - Secretaria
Câmara Municipal de Pirassununga



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



Pirassununga, 04 de setembro de 2019.

Ref. **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019.**

Ementa: “Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga”

Autor: Executivo Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção à solicitação de Vossa Excelência, para analisar os aspectos técnicos jurídicos do Projeto de Lei Complementar nº 12/2019, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga, passo a tecer as considerações abaixo, em caráter consultivo.

O Projeto de Lei Complementar pretende revogar as disposições previstas nos artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000, (anexo), dando assim nova reformulação aos Conselhos Escolares, visando adequar, dar efetividade e transparência.

À secretária para juntada no Projeto de Lei e,
encaminhamento de cópia aos Vereadores,
observando os trâmites regimentais.

Pirassununga, 05 / 09 / 2019.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811
Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



Tal matéria também foi estudada no Caderno intitulado **“Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor”** e integra o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e tem como objetivo contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de democratização da escola, em especial do Conselho Escolar e dos processos de escolha de diretores por meio da análise dos desafios, limites e possibilidades da gestão democrática. (Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica Brasília – DF-Novembro de 2004).

Dessa forma, o Projeto de Lei Complementar é de extrema relevância social, não havendo violação de princípios constitucionais ou ilegalidade na matéria apresentada.

Há que se registrar, no entanto, a recomendação de que a Casa de Leis promova a realização de audiência pública, a respeito do tema, dando ampla publicidade à matéria, quer em função da sua relevância, quer em função da natureza jurídica.

A vista do exposto, opina-se pela legalidade da presente propositura.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



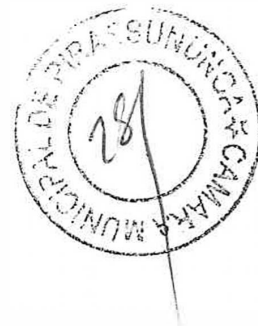
*É o parecer, "sub censuram" da E. Comissão de
Justiça, para a decisão Plenária.*

Roberto Pinto de Campos
Assessor Jurídico



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

29



XII – Fornecer elementos para a permanente atualização de seus registros junto aos órgãos da Administração, em especial à Seção de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

XIII – Considerar os princípios psicopedagógicos, a realidade sócio-econômica da clientela escolar, as diretrizes da Política Educacional na escola e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem;

XIV – Acatar as decisões do Conselho de Escola, em conformidade com a legislação vigente;

XV – Participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

Art. 94 Constituem faltas graves, além de outras, previstas nas normas e regimentos vigentes para demais servidores:

I – Impedir que o aluno participe das atividades escolares, em razão de qualquer carência material;

II – Discriminar o aluno por preconceitos de qualquer espécie.

CAPÍTULO VII
DOS CONSELHOS

Seção I
Conselho de Escola

Art. 95 O Conselho de Escola, um colegiado com função consultiva, cuja atuação está voltada para a defesa dos interesses dos educandos, é inspirado nas finalidades e objetivos da Educação Pública do Município de Pirassununga.

Art. 96 O Conselho de Escola será composto pelos seguintes membros:

I – Membro nato: Diretor da Escola;

II – Representantes eleitos:

Rua Duque de Caxias, 1.332, 2º andar, Centro, Pirassununga-SP, CEP 13630-000, Fone 561.5711, Ramal 26



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

30



- a) da equipe docente: Professores em exercício na unidade escolar;
- b) da equipe técnica: Assistente de Diretor e Professor Coordenador;
- c) da equipe auxiliar da Ação Educativa: Secretário de Escola (Encarregado de Secretaria), Escriturário, Inspetor de Alunos, Servente Escolar e Vigia;
- d) dos discentes: alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, alunos de qualquer termo do Ensino Supletivo;
- e) dos pais e responsáveis pelos alunos de quaisquer estágios, séries e termos das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único: Poderão participar das reuniões do Conselho de Escola, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam às escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da Comunidade de movimentos populares organizados.

Art. 97 A representatividade do Conselho deve contemplar critérios de paridade e proporcionalidade.

Art. 98 Os membros dos Conselhos de Escola, e seus suplentes, serão eleitos em assembléia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério da proporcionalidade.

Art. 99 O mandato dos membros do Conselho será anual, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único: O mandato inicia-se de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o início do ano letivo.

Art. 100 Compete ao Conselho de Escola:

I – Discutir e adequar no âmbito da unidade escolar, as diretrizes da política educacional estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;

II – Discutir as diretrizes e metas de ação da Escola para cada período letivo, que deverão orientar a elaboração do Plano Escolar;

III – Discutir o Plano Escolar e acompanhar a sua execução;

Rua Duque de Caxias, 1.332, 2º andar, Centro, Pirassununga-SP, CEP 13630-000, Fone 561.5711, Ramal 26



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

31



IV – Avaliar o desempenho da escola em face das diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

V – Discutir quanto à organização e o funcionamento da escola, o atendimento à demanda e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a) sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de séries e classes por turnos, utilização do espaço físico, considerando a demanda e a qualidade de ensino;

b) garantia de ocupação ou cessão do prédio escolar, inclusive para outras atividades além das de ensino, fixando critérios para o uso e preservação de suas instalações, a serem registrados no Regimento Comum das Escolas Municipais.

VI – Indicar ao Secretário Municipal de Educação, após processo de escolha, mediante critérios estabelecidos em regulamento, os nomes dos Profissionais do Ensino para:

a) ocupar empregos vagos do Nível III da carreira em substituição ao Titular em impedimento legal ou temporário, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como para o emprego de Assistente de Diretor de Escola.

VII – Analisar, aprovar e acompanhar projetos pedagógicos propostos pela Equipe Escolar ou pela Comunidade Escolar, para serem desenvolvidos na escola;

VIII – Arbitrar impasse de natureza administrativa e pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela Equipe Escolar;

IX – Propor alternativas para solução de problemas de natureza pedagógica e administrativa, tanto àqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que forem a ele encaminhados;

X – Discutir e arbitrar critérios e procedimentos de avaliação relativos ao processo educativo e a atuação dos diferentes segmentos da Comunidade Escolar;

XI – Decidir procedimentos relativos à integração com as Instituições Auxiliares da escola, quando houver, e com outras Secretarias Municipais;

XII – Conhecer e discutir os procedimentos disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

XIII – Decidir procedimentos relativos à priorização de aplicação de verbas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

32



Art. 101 O Regimento Comum das Escolas Municipais disporá sobre a constituição e o funcionamento do Conselho de Escola.

Seção II

Outros Conselhos

Art. 102 Os Profissionais do Ensino poderão participar como representantes de seu segmento do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

CAPÍTULO VIII

CARREIRAS DO QUADRO DE APOIO À EDUCAÇÃO

Seção Única

Profissionais do Quadro de Apoio à Educação

Art. 103 As carreiras que integram o Quadro de Apoio à Educação, criadas, mantidas e extintas constam do Anexo IX e são as seguintes:

- I – Nutricionista
- II – Supervisor de Merenda
- III – Secretário Escolar
- IV – Secretário Executivo
- V – Escriturário Escolar
- VI – Inspetor de Alunos
- VII – Merendeira
- VIII – Ajudante de Merendeira
- IX – Servente Escolar
- X – Lavadeira de Creches Municipais

Rua Duque de Caxias, 1.332, 2º andar, Centro, Pirassununga-SP, CEP 13630-000, Fone 561.5711, Ramal 26

Assunto Documento "Parecer Advogado Projetos de Lei" - A IntraNet Câmara de Pirassununga gerou um alerta de "Inclusao" de DOCUMENTO(S)

De IntraNet Câmara de Pirassununga
<intranet@camarapirassununga.sp.gov.br>

Para <notificacoes_vereadores@camarapirassununga.sp.gov.br>

Data 2019-09-06 08:39

Prioridade Normal



Informacoes da Leitura e Recebimento do Documento:

Data: 2019-09-06 **Hora:** 08:39:42
Nome: Secretaria Geral **Usuario:** secretaria
E-mail: secretariageral@camarapirassununga.sp.gov.br **IP Exec.:** 192.168.0.113

Informacao do Documento

Titulo: Parecer Advogado Projetos de Lei

Senhores Vereadores,

Atendendo ao Regimento Interno, encaminho em anexo, cópia do(s) seguinte(s) Projeto(s), acompanhado dos PARECERES JURÍDICOS emitido(s) pelo Advogado da Câmara, para conhecimento e trâmites regimentais:

Descricao: - Projeto de Lei Complementar nº: 10/2019;
- Projeto de Decreto Legislativo nº: 13/2019;

Atenciosamente,

Jeferson Ricardo Couto

Presidente

Nome: Pareceres_06_09_2019.pdf **Tipo/Formato:** application/pdf **Extensao:** pdf **Tamanho:** 11147788

AVISO LEGAL(BR)- Esta mensagem e destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem e dirigida, podendo conter informacao confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se voce nao for destinatario desta mensagem, desde ja fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informacao contida nesta mensagem, por ser ilegal tal ato. Caso voce tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, promovendo, desde logo, a eliminacao de seu conteudo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

Voce recebeu essas notificacao/comunicado automatica do SITE IntraNet Câmara de Pirassununga gerado pela ocorrencia descrita acima.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: camara@lancernet.com.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA COMUNICADO À POPULAÇÃO

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica, a Câmara do Município de Pirassununga, comunica que recebeu, e publica o Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências, estando à disposição da população para conhecimento, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, cuja tramitação poderá iniciar após 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

Pirassununga, 10 de setembro de 2019.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Caixa Postal: 89 - Fone: (19) 3561.2811

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Ofício nº 01524/2019-SG

Pirassununga, 10 de setembro de 2019.

Senhor Secretário,

De ordem do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga Vereador Jeferson Ricardo do Couto, encaminho a Vossa Senhoria em anexo, o documento abaixo especificado, solicitando o obséquio da publicação na edição imediata do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga para fins de publicidade e transparência da matéria, bem como, cumprimento do artigo 37 da Constituição Federal e eventual contagem de prazo no processo legislativo.

1. Projeto de Lei Complementar nº 10/2019 (que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências).

2. Decreto Legislativo nº 319/2019 (concede título honorífico ao Dr. Sidney Sebastião Landgraf).

3. Decreto Legislativo nº 320/2019 (concede título honorífico a senhora Vivian Leny de Mattos Andrade).

Certa da atenção ao que o assunto requer, agradeço e apresento a Vossa Senhoria os cordiais votos de elevada estima e consideração

Adriana Aparecida Merenciano
Diretora Geral da Secretaria

Ilustríssimo Senhor

Dr. JORGE LUIS LOURENÇO

Secretário Municipal de Governo

Prefeitura Municipal de

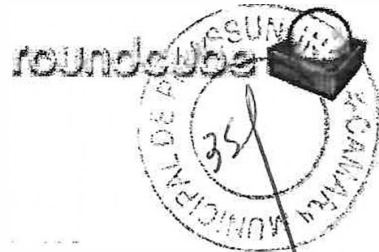
Pirassununga-SP

imprensa@pirassununga.sp.gov.br

governo@pirassununga.sp.gov.br

(documento enviado por meio eletrônico em atenção a CI nº 04/07 da Secretaria Municipal de Governo, de 09/03/2017)

Assunto: **publicação**
De: Câmara Municipal de Pirassununga
<legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>
Para: Imprensa <imprensa@pirassununga.sp.gov.br> ,
<governo@pirassununga.sp.gov.br>
Data: 2019-09-10 16:09



- Decretos 319, 320.doc (~245 KB)
- publicar PLC 10, Decretos 319 e 320.pdf (~7,1 MB)

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO DESTA E-MAIL, PARA FINS DE CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA

Prefeitura Municipal de Pirassununga

Secretaria Municipal de Governo

Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga

Prezado(a) Senhor(a),

Atendendo a CI nº 04/2017, segue em anexo, o Ofício nº 01524/2019 acompanhado da cópia em arquivo "pdf" e "doc" dos seguintes documentos, abaixo descritos, da Câmara Municipal de Pirassununga, para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga:

1. Projeto de Lei Complementar nº 10/2019(que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências). **enviado somente em pdf, pois é de autoria do Executivo**

2. Decreto Legislativo nº 319/2019(concede título honorífico ao dr. Sidney Sebastião Landgraf)

3. Decreto Legislativo nº 320/2019(concede título honorífico a senhora Vivian Leny de Mattos Andrade)

Att,

Secretaria da Câmara Municipal de Pirassununga/SP

Renata Aparecida Trindade

19.3561-2811

Assunto **Aviso de recepção (Visualizada) - publicação**
De <imprensa@pirassununga.sp.gov.br>
Para Câmara Municipal de Pirassununga
<legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>
Data 2019-09-11 11:31



Comprovante de retorno para o e-mail que você enviou para imprensa@pirassununga.sp.gov.br.

Nota: Este comprovante de retorno apenas reconhece que a mensagem foi exibida no computador do destinatário.

Não há garantia de que o destinatário tenha lido ou compreendido o conteúdo da mensagem.



CÂMARA MUNICIPAL DE
PIRASSUNUNGA



Pesquise sobre o que você precisa no site

Menu Principal



Paulinho pede manutenção de praça da Vila Redenção

Vereador pediu ainda melhorias em estrada que dá acesso a bairro rural

Imagem

| Comunicados



Projeto de Lei Complementar nº 10/2019 | Criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga

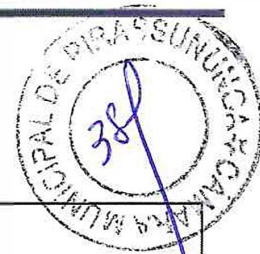
Projeto de Lei Complementar nº 09/2019 | Reorganização administrativa da Prefeitura do Município de Pirassununga

Projeto de Lei Complementar nº 08/2019 - Dispõe sobre a regularização de lotes em desacordo com o previsto na Lei Complementar nº 75/2006

Projeto de Lei Complementar nº 04/2019 | Que dispõe sobre a instalação e uso de extensão temporária de passeio público denominado PARKLET no município



CÂMARA MUNICIPAL DE
PIRASSUNUNGA



Pesquise sobre o que você precisa no site

Menu Principal

Projeto de Lei Complementar nº 10/2019 | Criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga

Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências.

Clique aqui e veja o comunicado e cópia do projeto!

RECEBA AS NOTÍCIAS DA CÂMARA

Cadastre-se e saiba o que acontece no Legislativo da sua cidade

NOME:

E-MAIL:

ENVIAR

Conheça a Câmara

Ordem do Dia

Transparência Pública

Licitações

Acesso à Informação

Legislação

Servidores -

Concurso Público

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662- Pirassununga/SP - CEP: 13630-082 - Caixa Postal 89
Estado de São Paulo | Tel/Fax: (19) 3561-2811 | legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Todos os direitos reservados - Copyright 2019 - © Câmara Municipal de Pirassununga
Desenvolvimento Imagenet



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



JUNTADA

Neste ato procedo a juntada da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga, edição nº 074, de 11 de setembro de 2019, do **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, de autoria do Prefeito Municipal, que “dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências”**, a qual por mim foi lida e conferida para contagem de prazo, conforme § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica do Município.

Pirassununga, 12 de setembro de 2019.


Jéssica Pereira de Godoy

Analista Legislativo Secretaria

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 3 / 35

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2019



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: camara@pirassununga.sp.gov.br

Site: www.camerepirassununga.sp.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA **COMUNICADO À POPULAÇÃO**

Em atenção ao artigo 37 da Constituição Federal, e § 2º do artigo 31 da Lei Orgânica da Câmara do Município de Pirassununga, comunica que recebeu e publica o Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências, estando à disposição da população para conhecimento, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno, cuja tramitação poderá iniciar-se 20 (vinte) dias da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga.

Pirassununga, 10 de setembro de 2019.

Jefferson Ricardo do Couto
Presidente

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2019 -

"Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências."

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, ficam criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.

§ 1º Comunidade escolar, para efeito desta Lei, é o conjunto de alunos/as, pais ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade educacional.

§ 2º Comunidade local entende-se pessoa que mora e ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar. Constitui-se no órgão máximo de direção, resguardados os princípios constitucionais as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, sendo livre e aberto a quem desejar participar, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiros.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diario@pirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 4 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

I - membros natos: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com direito a um único voto;

II - membros eleitos em assembleia do segmento, com mandato de dois (2) anos e podendo ser reeleitos, titular e suplente:

a) do quadro do magistério, em efetivo exercício na unidade;

b) dos trabalhadores da educação não docentes, em efetivo exercício na unidade;

c) da APM;

d) dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;

e) da comunidade local;

f) dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Visando a articulação democrática, os membros natos, o representante da APM e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, quando convidados, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam as escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade local de movimentos populares organizados e outras instituições públicas.

§ 3º A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Os membros titulares do Conselho Escolar, e seus suplentes, serão eleitos em assembleia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§ 1º Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Integram o Conselho Escolar titulares e suplentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o máximo de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 5 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

respeitando-se o número par de titulares e suplentes dos membros eleitos, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.

§ 3º A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 30 % (trinta por cento) de integrantes do quadro de magistério;

II - 20 % (vinte por cento) não docentes;

III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou responsáveis legalmente constituídos;

IV - 10% (dez por cento) da APM;

V - 10% (dez por cento) da comunidade local;

VI - 10% (dez por cento) alunos.

§ 4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade de alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho Escolar será bienal, sendo permitida reeleição e/ou substituição dos mesmos.

Parágrafo único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 8º O Conselho Escolar elegerá o/a Presidente, o/a Vice-Presidente e o/a Secretário/a entre os/as integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - discutir e adequar, implementando no âmbito da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;

II - participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;

III - participar da elaboração e fiscalizar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 6 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

IV - zelar pelo cumprimento do Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que considerar relevantes;

V - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

VI - opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a) sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de anos (séries) e classes por turnos, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b) cessão do prédio escolar, inclusive para outras atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registradas no Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.

VII - propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que a ele forem encaminhados;

VIII - opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares;

X - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto à equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - mobilizar campanhas de esclarecimentos sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras;

XII - deliberar sobre a viabilidade de projetos especiais;

XIII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) sugerindo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 7 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

XIV - acompanhar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação relativos à integração com as instituições auxiliares da escola quando houver e, com outras Secretarias Municipais;

XV - solicitar e sugerir assembleias gerais da comunidade escolar juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos quando houver a necessidade de discussão de algum assunto relevante que seja de sua competência;

XVI - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVII - participar de atividades de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVIII - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário;

XIX - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho.

Art. 10 O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11 O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante o contraditório e a ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 8 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

§ 1º O suplente assume em caráter de substituição no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.

§ 3º Após o processo de eleição e nomeação do novo titular, o mesmo permanecerá até o final do mandato do atual conselho.

Art. 12 As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13 Após a publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá prazo não superior a quatro meses para que todas as Escolas Municipais constituam seus respectivos Conselhos Escolares.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.

Pirassununga, 29 de agosto de 2019.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 9 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

“ J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssimo Presidente;
Excelentíssimos Vereadores;

Encaminhamos para apreciação dos nobres Vereadores desse Egrégio Legislativo, projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

As mudanças vividas a partir da década de 1980 no Brasil constituíram um movimento de transferência de empoderamento e responsabilidade dos governos centrais para as comunidades locais.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 206 que o ensino deve ser ministrado com base na gestão democrática. Dessa forma, seguindo os preceitos constitucionais, na esteira da democratização do País, foram aprovadas e sancionadas a LDB, Lei nº 9.394/1996 e, mais recentemente, a Lei nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação - PNE. Ambas seguem a diretriz constitucional, no tocante à instituição da gestão democrática como princípio do ensino.

O Conselho Escolar tem como atribuição acompanhar os mais variados processos de ensino-aprendizagem de maneira articulada, exercendo um papel fundamental para a construção da identidade da unidade de ensino, permitindo que de fato ela contribua para a melhoria da qualidade da educação dos alunos, de forma democrática e participativa.

Este colegiado é fundamental para o bom funcionamento da instituição de ensino e para a promoção da democracia. Ele permitirá organizar planos, metas e projetos escolares, além de contribuir para a organização e aplicação de recursos, planos educacionais, cumprimento do calendário escolar e para a elaboração do projeto pedagógico das unidades de ensino.

Pelo exposto, submetemos o presente projeto de Lei Complementar para apreciação pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Pirassununga, 29 de agosto de 2019.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 10 / 35

334
89/2

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 31 de julho de 2019 | Ano 06 | Nº 072

Pirassununga. Objeto da Locação: imóvel situado na Rua Siqueira Campos, 2876, Centro, em Pirassununga - SP, destinado exclusivamente ao funcionamento do CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial). Prorrogação: fica prorrogado o contrato por 12 meses a contar de 10 de abril de 2019 retroagindo efeitos àquela data. Valor: o valor para atender o período será de R\$ 22.602,60 (vinte e dois mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos). Assinatura: 31/07/2019. ADEMIR ALVES LINDO - Prefeito Municipal.

Procuradoria-Geral do Município

TERMO DE ADESÃO A TRABALHO VOLUNTÁRIO

PROTOCOLO Nº 1155/2019.

TERMO DE ADESÃO A TRABALHO VOLUNTÁRIO, que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, e de outro, LUCIA APARECIDA RUIVO, em observância aos termos da Lei Federal nº 9.608/98.

TERMO DE ADESÃO A TRABALHO VOLUNTÁRIO, que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA; e de outro, LUCIA APARECIDA RUIVO, em observância aos termos da Lei Federal nº 9.608/98.

Constitui objeto do presente: TRABALHO VOLUNTÁRIO JUNTO AO CRAS DA VILA SANTA FÉ E OUTROS, A FIM DE PRESTAR SERVIÇOS DE CABELEIREIRA. SERÃO QUATRO ATENDIMENTOS POR MÊS, SENDO UMA VEZ POR SEMANA, ÀS TERÇA-FEIRAS, DAS 13H30 AS 15H30. A vigência da presente avença dar-se-á no

período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente termo de adesão, cujos trabalhos realizar-se-ão nas dependências do CRAS DA VILA SANTA FÉ E OUTROS, podendo ser rescindido por ato unilateral de qualquer das partes, devendo, antes porém, denunciá-lo dentro de 30 (trinta) dias.

Este termo de Adesão não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza empregatícia, tão pouco previdenciária ou afim, sendo que a natureza da prestação de serviços é absolutamente gratuita, não fazendo o voluntário jus a qualquer tipo de remuneração, ou indenização nem mesmo por eventuais acidentes que ocorram no local de trabalho.

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2019
Pirassununga, 30 de julho de 2019.

LUIZ GONZAGA NEVES MELO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Secretaria Municipal de Educação

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Audiência Pública - Visa Alterar Dispositivos da LC 32/2000

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, vem informar o debate público para que discussão de alterações na Lei Complementar nº 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares. A Audiência Pública será aberta a toda sociedade e tem por finalidade fazer o chamamento para que a

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 11 / 35

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 31 de julho de 2019 | Ano 06 | Nº 072

população em geral participe do debate sobre a proposta de Lei que dispõe sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação - Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes. Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Justiça

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE PIRASSUNUNGA/SP

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL - CONSELHEIROS TUTELAR EDITAL 001/2019

PIRASSUNUNGA, 30 DE JULHO DE 2019

SEGUIR ABAIXO RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO, APLICADA AOS CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR DE PIRASSUNUNGA, NO DIA 28 DE JULHO DE 2019 DAS 8h às 12h NO PALÁCIO DA EDUCAÇÃO.
ENDEREÇO : Avenida Germano Dix, 3350, Jardim Carlos Gomes Pirassununga - SP

MAIRA CRISTINA SOARES
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

CONHECER

Seres humanos cuidando do humano nos Seres

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA - SP

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, GESTÃO 2020-2024
RESULTADO E RELATÓRIO DA PROVA APLICADA EM 28-JULHO-2019**

PIRASSUNUNGA, 30 DE JULHO DE 2019.

INTERESSADO

COMISSÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Assunto

RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO, APLICADA AOS CANDIDATOS AO CT

Prezados (as) Senhores (as)

Venho através desta informar o resultado da prova de conhecimentos aplicada aos candidatos ao Conselho Tutelar.



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 12 / 35

B-6

Resumo das Notícias

JC REGIONAL 335

Pirassununga, 02 de Agosto de 2019

Bom Sucesso

diário - 19/15h

02-Sexta-feira-Marcos conta a história de como conseguiu a vitória para a sua equipe. Marcos conta a história de como conseguiu a vitória para a sua equipe. Marcos conta a história de como conseguiu a vitória para a sua equipe.

03-Sexta-feira-Nana diz a Marcos que só volta para a cidade se Alberto pedir. Os funcionários do laboratório descobriram que o nome de Alberto foi trocado com o de Paloma. Alberto é informado pelo médico que tem poucos...

04-Sexta-feira-Nana diz a Marcos que só volta para a cidade se Alberto pedir. Os funcionários do laboratório descobriram que o nome de Alberto foi trocado com o de Paloma. Alberto é informado pelo médico que tem poucos...

05-Sexta-feira-Marcos tem uma ideia para alavancar as vendas da oficina. Marcos tem uma ideia para alavancar as vendas da oficina. Marcos tem uma ideia para alavancar as vendas da oficina.

06-Sexta-feira-Nana diz a Marcos que só volta para a cidade se Alberto pedir. Os funcionários do laboratório descobriram que o nome de Alberto foi trocado com o de Paloma. Alberto é informado pelo médico que tem poucos...

07-Quarta-feira-Nana diz a Marcos que só volta para a cidade se Alberto pedir. Os funcionários do laboratório descobriram que o nome de Alberto foi trocado com o de Paloma. Alberto é informado pelo médico que tem poucos...

Dicas na decoração de Persiana e Cortinas

Essas são um grande prazer na decoração de um ambiente e, mais do que isso, elas também são funcionais: oferecem privacidade, reduzem o brilho excessivo e protegem os móveis e eletrodomésticos do sol. Além disso, elas também são funcionais: oferecem privacidade, reduzem o brilho excessivo e protegem os móveis e eletrodomésticos do sol.



Como fazer com que a decoração com cortinas ou persianas seja funcionalidade com beleza. Como fazer com que a decoração com cortinas ou persianas seja funcionalidade com beleza. Como fazer com que a decoração com cortinas ou persianas seja funcionalidade com beleza.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Secretaria Municipal de Educação

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Edital de Audiência Pública - Via Aberta - 02/2019

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, vem informar o debate público para que Conselho de Educação na Lei Complementar nº 32/2000, especificamente no Artigo 10, inciso III, alínea II, que versa sobre os Conselhos Escolares. A Audiência Pública será aberta a toda sociedade e tem por finalidade fazer o esclarecimento para que a população em geral participe de debates sobre a proposta de Lei que dispõe sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019
Horário: 19h
Local: Palácio da Educação - Avenida Germano Da. 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto da Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Edital Nº 002/2019
A DRA. TATIANE CRISTINA PAZOTTO, Delegada de Polícia do Primeiro Distrito Policial de Pirassununga-SP, no uso de suas atribuições legais...

FAZ SABER: Que no dia 15 de agosto de 2019, às 14h00, o Delegado Substituto de Polícia de Pirassununga-SP, DR. ANTONIO LUIS TUCKERMANTEL, nos termos do Decreto 51.039, de 09/06/2006 e Resolução SSP 1570, procedeu a Comissão Pericial, Ordinária referente ao 2º período do Curso de Formação, tendo em vista a necessidade de realização pública para apresentação de propostas, queridas ou voluntárias sobre os serviços policiais do 1º Distrito Policial, no qual nesta data, deverão estar presentes no dia e hora designados, nos termos do Edital nº 002/2019.

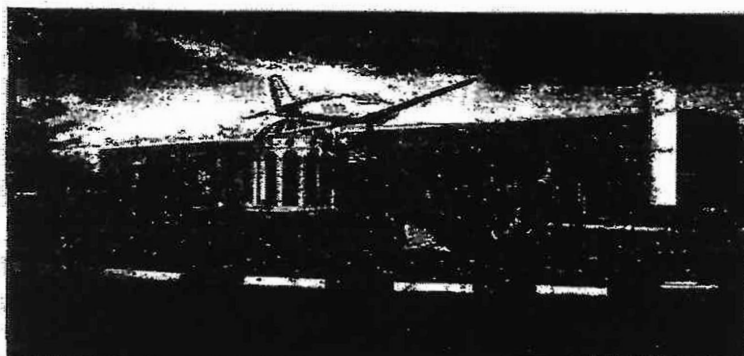
[illegible]

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 14 / 35



Prefeitura de Pirassununga



Demais Destaque da Cidade Educação

Secretaria da Educação realiza Audiência Pública sobre alteração em regras dos Conselhos Escolares

11 agosto 1, 2019  Oficial Imprensa  0 comentários  audiência pública, Conselhos Escolares, educação

A Secretaria de Educação de Pirassununga realiza no próximo dia 14 de agosto Audiência Pública para debater possíveis alterações em dispositivos da LC 32/2000. O debate público terá como enfoque a discussão de alterações na Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares.

Pesquisar

Q

Posts recentes

Desfile de Aniversário de Pirassununga terá 20 entidades e corporações e começa às 9h

Prefeitura funciona normalmente na segunda-feira, véspera de feriado municipal

Pirassununga conquista em casa vitória contra Tambaú na Liga de Futsal Feminino

GCM de Pirassununga conclui Estágio de Condutor de Cães de Guerra em São José dos Campos/SP

Feira de Incentivo à Leitura chega a sua 6ª Edição e será realizada neste sábado

Categorias

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 15 / 35



INÍCIO

PREFEITURA ▾

SERVIÇOS ▾

GOVERNAMENTAL ▾

A CIDADE ▾

participe do debate sobre a proposta de Lei que dispõe sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

O evento aberto será realizado às 16h de 14 de agosto (uma quarta-feira) no Palácio da Educação, localizado na Avenida Germano Dix, 3.350, Jardim Carlos Gomes.

Serviço

• Audiência Pública – Discussão de alterações na Lei Complementar n.º 32/2000

• Data: 14 de agosto de 2019

• Horário: 16h

• Local: Palácio da Educação – Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio do Secretário Municipal de Educação, convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que tem por finalidade promover o debate público para reavaliar alterações da Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VI, artigos 65 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 16h

Local: Palácio da Educação

Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP

Henrique Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Compartilhe isso:



Curtir isso:

Curtir

Seja o primeiro a curtir esta post.

Relacionado

Audiência Pública
debate previsão
orçamentária
setembro 13, 2017

Secretaria de
Educação realiza
Fórum Municipal de
Educação em agosto

Fórum Municipal de
Educação se inicia
nesta semana
maio 8, 2017

Comunicação

Cultura e Turismo

Demais

Demutran

Destaque da Cidade

Destaque1

Direitos Humanos

Educação

Esporte

Estradas

Finanças

Fundo Social

Gabinete

Governo e Administração

Habitação

Indústria e Comércio

Meio Ambiente

Não categorizado

Obras e Serviços

Planejamento

Promoção Social

SAEP

Saúde

Segurança

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 16 / 35

Assunto: CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Remetente: Dppel.educacao <dppel.educacao@pirassununga.sp.gov.br>

Para:

Creche Emma Baretta <creche.emma.baretta@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Néleon Ribeiro <creche.nelson.ribeiro@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Paulo Nasrigo <creche.paulo.nasrigo@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Lourdes Victorelli <creche.lourdes.victorelli@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Adília Bruno <creche.adilia.bruno@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Maria Eugênia <creche.maria.eugenia@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Nedy de Oliveira <creche.nedy.de.oliveira@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Prof. Torvalds S. K. Marmotegen <creche.torvalds.marmotegen@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Olympio Guiguer <creche.olympio.guiguer@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Jayme Montanheiro <creche.jayme.montanheiro@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Cerf <creche.cerf.motiguas@pirassununga.sp.gov.br>, Creche Oscar Guelli <creche.oscar.guelli@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIA Abilbe Appes <emelie.abilbe.appes@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIA CAIC Dr. Etel Arentes Dix <emelie.caic@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIA Prof. Sérgio Collus <emelie.sergio.collus@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIA Salvador Andreetta <emelie.salvador.andreetta@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Prof. Zélia Colombo de Almeida <emelieef.zelia.colombo@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Prof. Alice Leblais <emelieef.alice.leblais@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Prof. Zuleika Vélde Franceschi Valioso <emelieef.zuleika.valioso@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF CATHARINA SINOTTI <emelieef.catharina.sinotti@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Prof. Achille Giacomelli Sui <emelieef.achille.giacomelli@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Via dos Sargentos <emelieef.via.dos.sargentos@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Prof. Lenira Papa <emelieef.lenira.papa@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Rotary Club <emelieef.rotary.club@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF SELMORO WALMOR URBAN <emelieef.selmoro.urban@pirassununga.sp.gov.br>, Emefef Anna Helenic Daniel <emelieef.anna.helenic.daniel@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Anapurna Alves de Araújo <emelieef.anapurna.alves@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Prof. Maria Ap. Rock Catral Guimarães <emelieef.maria.ap.rock@pirassununga.sp.gov.br>, Emef Prof. Iran Rodrigues <emelieef.iran.rodrigues@pirassununga.sp.gov.br>, Emef Prof. Próspero Grifal <emelieef.prospero.grifal@pirassununga.sp.gov.br>, Emef Jornalista Washington Luiz de Andrade <emelieef.washington.luz@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF Eloi Chaves <emelieef.eloi.chaves@pirassununga.sp.gov.br>, EMELIAEF CAIC Dr. Etel Arentes Dix <emelieef.caic@pirassununga.sp.gov.br>, Emef Prof. Maria José de Oliveira Jacobson <emelieef.maria.jose@pirassununga.sp.gov.br>, EMALIC Zona Norte <emalico.zona.norte@pirassununga.sp.gov.br>, Centro Pirassununguense de Assistência à Infância <cpai@pirassununga.sp.gov.br>, Lar André Luiz <educandario.giovanni@pirassununga.sp.gov.br>, AMMA <amma.pirassununga@hotmail.com>

Data: 2019-09-02 11:15

* CONVITE.jpg (246 KB)

Bom dia,

Segue em anexo o convite para a Audiência Pública que será realizada na Secretaria Municipal de Educação sobre alterações na Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Este convite se estende para toda a equipe da unidade escolar, APN e comunidade em geral.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 18h

Local: Palácio da Educação - Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP.

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Pirassununga, por meio da Secretaria Municipal de Educação, convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que tem por finalidade promover o debate público para viabilizar alterações da Lei Complementar n.º 32/2000, especificamente a Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre os Conselhos Escolares das Escolas Municipais de Pirassununga.

Data: 14 de agosto de 2019

Horário: 18h

Local: Palácio da Educação

Avenida Germano Dix, 3350, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga-SP

Hamilton Alberto de Oliveira
Secretário Municipal de Educação



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 17 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

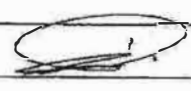
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
1	ADEMIR ALVES LINDO	Presidente Municipal	
2	DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN	Vice Presidente Municipal	
3	LILIANE BERNADETE PAVÃO ALVES LINDO	Presidente do Fundo Social de Solidariedade	
4	EDGAR SAGGIORATTO	Secretário Municipal de Saúde	
5	JOSÉ LOURENÇO MARINHO	Secretário Municipal de Esportes	
6	JORGE LUIS LOURENÇO	Secretário Municipal de Governo	
7	ANTONIO CARLOS FELIX DOS SANTOS	Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
8	SÔNIA IRANI MANGETTI DA SILVA	Secretária Municipal de Projeção Social	
9	JOSÉ SALVADOR FUSCA MACHADO	Secretário Municipal de Obras e Serviços	
10	ROBERTO DONIZETI BRAGAGNOLLO	Secretário Municipal de Cultura e Turismo	
11	MARIA PRISCILA SAMPAIO DE SOUZA	Secretária Municipal dos Direitos Humanos, Cidadania e Justiça	
12	PROF. HAMILTON ALBERTO DE OLIVEIRA	Secretário Municipal de Educação	
13	LEONARDO FLINK MAIALLE	Secretário Municipal de Finanças	
14	VIVIANE DOS REIS	Secretária Municipal de Administração	
15	WILLIAN PASSOS PONCIANO	Secretário Municipal de Comércio e Indústria	
16	NATAL FURLAN	Secretária Municipal de Agricultura	



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 18 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/06/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	cargo - representação	ASSINATURA
17	VALDIR ROSA	Secretário Municipal de Meio Ambiente	
18	PAULO ANDRÉ SILVA TANNUS	Secretário Municipal de Segurança Pública	
19	DR. LUIZ GONZAGA NEVES MELO JÚNIOR	Procurador Geral do Município	
20	JEFFERSON RICARDO DO COITO	Presidente da Câmara Municipal	
21	EDSON SIDINEI VICK	Vereador	
22	JOSÉ ANTONIO CAMARGO DE CASTRO	Vereador	
23	LEONARDO FRANCISCO SAMPAIO DE SOUZA FILHO	Vereador	
24	LUCIANA BATISTA	Vereador	
25	NELSON PASOTI	Vereador	
26	PAULO EDUARDO CAETANO ROSA	Vereador	
27	PAULO SÉRGIO SOARES DA SILVA - "Paulinho do Mercado"	Vereador	
28	VITOR NARESSI NETTO	Vereador	
29	WALLACE ANANIAS DE FREITAS BRUNO	Vereador	
30	DR. DONEK HILSEN RATH GARCIA	Juiz de Direito de 1ª Vara	
31	DRA. FLÁVIA PIRES DE OLIVEIRA	Juiz de Direito de 2ª Vara e Conselheira de Fomento	
32	DR. JORGE CORTE JÚNIOR	Juiz de Direito de 3ª Vara	



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 19 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Politédio da Educação

Nº	NOME	PROFISSÃO / REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
33	DR. LUIS HENRIQUE RODRIGUES DE ALMEIDA	1º Promotor de Justiça	
34	DRA. TELMA REGINA FERNANDES REGO PAGOTO	2ª Promotora de Justiça	
35	DR. JOSÉ CARLOS SALLUCCI THOMÉ	3º Promotor de Justiça	
36	DR. RAFAEL PINHEIRO GUARISCO	Juiz Auxiliar de Comarca de Pirassununga	
37	DR. ANDRÉ LUIZ TAVARES DE CASTRO PEREIRA	Juiz Titular da Vara do Trabalho de Pirassununga	
38	DR. CARLOS RODRIGO KAZU TAGAMORI	Presidente da 5ª Subseção de O.A.B.	
39	BRIG AR DAVID ALMEIDA ALCOFORADO	Comandante da Academia da Força Aérea	
40	TEN CEL CAV ANDRÉ SÁ E BENEVIDES ARRUDA	Comandante do 13º Regimento de Cavalaria Motorizada	
41	DRA. TATIANE CRISTINA PARIZOTTO	Delegada de Polícia Militar	
42	DR. MAURÍCIO MIRANDA DE QUEIROZ	Delegado do 1º Distrito de Polícia de Pirassununga	
43	DR. JOÃO FERNANDO BAPTISTA	Delegado do 1º Distrito de Polícia de Pirassununga	
44	CAP PM NEYMAR PEREIRA DOS SANTOS	Comandante da 3ª Companhia do 39º Batalhão de Polícia Militar de Interior	
45	TEN CEL PM RICARDO ROBERTO TOFANELLI	Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária	
46	1º TEN ANDRÉ GIULIANO RUSSO BOVOLON	Comandante da Estação de Corpo de Bombeiros do Pirassununga	
47	2º TEN PM IVO FÁBIO MORAIS	Comandante do 1º Pelotão de Policiamento Ambiental de Pirassununga	
48	CLÁUDIO MARQUEZELLI	Editor Proprietário do jornal "JO Regional"	

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 20 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	FUNÇÃO - INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
49	ALESSANDRO PEDRO MARANGONI	Diretor da Rádio Difusão de Pirassununga - AM	
50	JOÃO NILTON GONÇALVES	Coordenador Provisório da Rádio Difusão de Pirassununga - AM	
51	HUGO ROLANDO ARANA PESSOA	Proprietário da Rádio Mundial - FM	
52	JOSÉ CARLOS ELMOR	Proprietário da Rádio Mundial - FM	
53	ALESSANDRO PEDRO MARANGONI	Coordenador da Rádio Mundial FM	
54	WELSON TREVISAN	Coordenador da Rádio Transamérica Hits	
55	ATAMIR ANGIOLUCCI CAMPOS	Coordenador da Proxima FM	
56	JOSÉ ANTONIO BATEL	Presidente da Rádio Comunitária Katigum FM	
57	ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA	Jornalista do Portal Pirassununga On	
58	ODILEY APARECIDO DE MELLO MONTESINO	Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Pirassununga	
59	MOACYR FONSECA JÚNIOR	Presidente da APAE	
60	DERMIVAL BRATZKE IGNÁCIO	Presidente do Lar André Luiz	
61	JOSÉ ROBERTO AZEVEDO	Presidente do Centro Pirassunungaense de Assistência à Infância	
62	PROF. ANÍSIO DA COSTA	Delegado Regional de Ensino	
63	TALITANOÉ DE SOUZA	Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirassununga	
64	MARCELI APARECIDA CONRADI VILLAR	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS	



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 21 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



343
8/9/19

LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	ASSINATURA
65	ISRAEL FOGUEL	Presidência da Associação Pirassununguense de Letras, Artes, Ciências e Educação - APLACE
66	JOSÉ LAURO ROCCHETTI	Secretário-Geral do Conselho Cidadania de Pirassununga



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 22 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

N.º	NOME	PROFISSÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
1	Fátima G. Santos dos Reis	FUNDEB	[Assinatura]
2	Lara Zera dos Santos	CACS-FUNDEB	[Assinatura]
3	Almir Rogério Ferraz	CM DCA	[Assinatura]
4	Marilene Botelho da Silva Jardim	SME - Assessor	[Assinatura]
5	Sandra Ap. de Oliveira Buarin	SME Assessor	[Assinatura]
6	Opandeiros	Gestora	[Assinatura]
7	Helena E. L. Gonçalves	Gestora	[Assinatura]
8	Vanessa Andreazzi	SME - Educação Especial	[Assinatura]
9	Lúcia Aparecida Lurlan Vick	Gestora	[Assinatura]
10	Marina Lurlan	Prof. Coord. Pedagógica	[Assinatura]
11	Ans. Maria P. Bueno da Silva	Cons. mun. Educ.	[Assinatura]
12	Otali Ap. de Souza, Florêncio	Gestora	[Assinatura]
13	Angela Maria Rosário	Gestora	[Assinatura]
14	Regiane Graupe Paquetto	Gestora	[Assinatura]
15	Rafaela Cristina Maquino Gentil	Gestora	[Assinatura]

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 23 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO - REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
16	Mileusa S. Mansur	Gestora	[Assinatura]
17	Vânia Lucinda Camilo	Gestora	[Assinatura]
18	Janilda Castanheira	FUNDEB	[Assinatura]
19	Edna Socorro B. Lima	Gestora	[Assinatura]
20	Helce Bonani	SNE OPPAL	[Assinatura]
21	Marisa Coelho Liberato	Gestora	[Assinatura]
22	Shila Tini F. dos Santos	CAE	[Assinatura]
23	Domingos Japo Azzi	CAE	[Assinatura]
24	Luciana Lúcia da Conceição	CAE	[Assinatura]
25	Maria José Pereira Hansen	CAE	[Assinatura]
26	Angela Indrúia Fonseca da Silva	Gestora	[Assinatura]
27	Letícia Regina Santos	P. Gestora	[Assinatura]
28	Linda M. D. Almeida	Coord. Municipal de Educação	[Assinatura]
29	Enika Bortez	FUNDEB	[Assinatura]
30	Olga Cristina Zaninetti	Gestora	[Assinatura]

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 24 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



LISTA DE CHAMADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 32/2000, Seção I do Capítulo VII, artigos 95 ao 101, que versa sobre Conselhos Escolares.

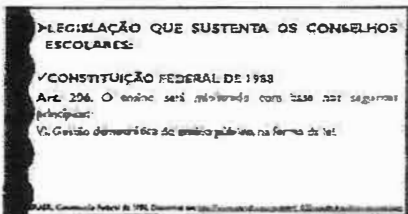
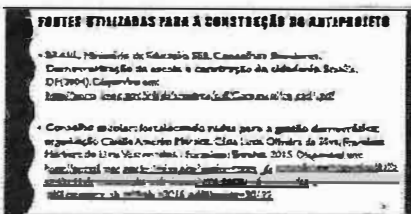
Data: 14/08/2019

Hora: 16h

Local: Palácio da Educação

Nº	NOME	REGIÃO REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
31	Adriana B. Marchi	Gestora	
32	Renato Amorim Ramiro	FUNDEB	
33	Elaine Ap. Zanetti	SME/DTIC	
34	Adriana Ap. Luz de Almeida	Gestora	Adrianadma
35	Yara Perardi	Diretora Regional ALEDES	
36	Sabina H. G. R. Proda	SME-DACA	
37	Mirivelli M. S. Penteado	Pres. Fundeb	
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			

20/08/2019
347
892



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 26 / 35

20/08/201

348
282

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:
✓LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)
 Art. 3º. O ensino será ministrado com base nas seguintes princípios:
 VII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:
✓LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)
 Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as peculiaridades e atenderão os seguintes princípios:
 I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
 II - Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:
✓LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)
 Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que se integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas do direito financeiro público.

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:
✓PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.
✓Meta 19:
 Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada à criação de sistemas de ensino e desenvolvimento à gestão pública a comunidade escolar no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para isso.

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 27 / 35

20/08/201

349
897

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LBN Nº 13.009, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

✓Estratégia 19.3:

Estimular a comunidade e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando as condições de funcionamento dos mesmos.

BRASIL, 13/06/2014. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2014_06/Lei/L13009.htm>. Acesso em: 11/09/2019.

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Meta 17: Assegurar condições, em sintonia com as previstas no PNE, para a elevação da gestão democrática da educação, estimulando critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a transparência pública da gestão escolar e a sociedade civil organizada, no âmbito da educação pública, promovendo ações educacionais para a melhoria da qualidade.

BRASIL, 13/06/2014. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2014_06/Lei/L13009.htm>. Acesso em: 11/09/2019.

>LEGISLAÇÃO QUE SUSTENTA OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Estratégia 17.3: Promover a participação e a consulta da comunidade da educação, alunos e seus familiares na formação dos projetos pedagógicos, curriculares e planos de gestão escolar e regimento escolar, estimulando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

BRASIL, 13/06/2014. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2014/2014_06/Lei/L13009.htm>. Acesso em: 11/09/2019.

>SOBRE OS CONSELHOS ESCOLARES:

✓Conselhos Escolares são órgãos colegiais compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuições: deliberar sobre questões pedagógicas, administrativas, financeiras no âmbito da escola.

✓Regem ainda as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e de forma articulada para tomar as deliberações que lhe são de sua responsabilidade.

✓São instâncias de consulta, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, estimulando a cultura participativa pela cultura participativa e cidadã.

✓Têm papel decisivo na democratização da educação e da escola, sendo, portanto, um dos instrumentos de gestão e controle da escola.

20/08/201

350
89x

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:

✓DELIBERATIVA:

É assim entendida quando a lei atribui ao conselho competência específica para decidir, em instância final, sobre determinadas questões. Ex: Quando decide sobre o projeto político-pedagógico e outros aspectos da escola, aprova o planejamento de projetos, aprova o planejamento de normas internas e o cumprimento das normas dos direitos de ensino e decisão sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propõe a criação de novas escolas, desinstituições. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

BRASIL, Ministério da Educação. 2003. Conselho Escolar. Documento de apoio e orientação de escolas. Brasília, DF: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conseio.pdf>

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:

✓CONSULTIVA:

Quando tem um caráter de consultoria, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser tomadas pelos órgãos das unidades escolares.

BRASIL, Ministério da Educação. 2003. Conselho Escolar. Documento de apoio e orientação de escolas. Brasília, DF: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conseio.pdf>

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:

✓FISCALIS (ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO):

Quando acompanha a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e gerando o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

BRASIL, Ministério da Educação. 2003. Conselho Escolar. Documento de apoio e orientação de escolas. Brasília, DF: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conseio.pdf>

>FUNÇÕES DOS CONSELHOS ESCOLARES:

✓MOBILIZADORA:

Quando promove a participação de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a promoção da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

BRASIL, Ministério da Educação. 2003. Conselho Escolar. Documento de apoio e orientação de escolas. Brasília, DF: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conseio.pdf>

<p style="text-align: center;">PARTE II</p> <p style="text-align: center;">*LEITURA E DISCUSSÃO SOBRE O ANTEPROJETO</p>	<p>ANTEPROJETO DE LEI QUE DEPOIS SEJA A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA E DAS OUTRAS MUNICÍPIAS.</p> <p>CONSIDERANDO o artigo V, do artigo 206 da Constituição Federal, que trata a gestão democrática do ensino público como princípio da educação;</p> <p>CONSIDERANDO o artigo 126 do artigo 12º da Lei nº 1094, de 18 de dezembro de 1974, que institui a gestão democrática do ensino público como princípio da educação;</p> <p>CONSIDERANDO o artigo IV, do artigo 242 da Lei nº 11.054, de 25 de junho de 2014, que institui como objetivo do Plano Nacional de Educação a promoção da participação da gestão democrática da educação pública;</p> <p>CONSIDERANDO o artigo 17 e seu parágrafo 175 da Lei nº 4.851 de 2015, alterada pelo Lei nº 5.102 de 2017, que institui como meta o fortalecimento do Plano Municipal de Educação a gestão democrática da educação.</p>
<p>Art. 1º. Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, assim criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.</p>	<p>Art. 2º. O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e jurisdição entre os vários segmentos da comunidade escolar e focal, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.</p> <p>§ 1º. Compete ao conselho, para efeito desta Lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis legais por alunos matriculados em educação de ensino e não docentes em efetivo exercício em unidade educacional.</p> <p>§ 2º. Comunidade focal entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja parente em 1º grau, nem dos demais segmentos definidos nesta Lei.</p>

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 30 / 35

20/08/201

352
Sgr

Art. 3º. O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e avaliadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, constituído no órgão máximo de direção, regendo-se os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, religioso, racial e nem sexista, não sendo uma verba de seu Orçamento ou Convênios.

Art. 5º. O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

- 1 - Membros nomeados: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com mandato de um único ano;
- 2 - Membros eleitos em assembleia, de acordo com o resultado de dois (2) anos e podendo ser reeleitos duas (2) vezes;
- 3 - de quinze docentes em efetivo exercício na unidade;
- 4 - dos trabalhadores da educação não docentes em efetivo exercício na unidade;
- 5 - da APF;
- 6 - dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;
- 7 - da comunidade local;
- 8 - dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes.

Art. 5º.

§1º. Visando a participação democrática, os membros nomeados representantes da APF e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§2º. Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, quando convocados, em caráter consultivo e não vinculante, os profissionais de outras Secretarias Municipais que estejam exercendo suas funções, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes das entidades comunitárias, membros da comunidade local de caráter popular ou organizado.

§3º. A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria assinada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. Os membros titulares do Conselho Escolar, além de exercerem, serão eleitos em assembleia, por seu desempenho em respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§1º. Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências ou impedimentos.

§2º. Integrará o Conselho Escolar docentes e não docentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o total de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes, todos sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 31 / 35

20/08/201

353
353

Art. 6º. §3º. A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:
I - 30 % (trinta por cento) docentes;
II - 20 % (vinte por cento) não docentes;
III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou representantes legítimos da comunidade;
IV - 10% (dez por cento) da APC;
V - 10% (dez por cento) da comunidade local;
VI - 10% (dez por cento) alunos.
§4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade dos alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º. O mandato dos membros do Conselho Escolar terá prazo sendo permitida reeleição para substituição dos mesmos.
Parágrafo Único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.
Art. 8º. O Conselho Escolar elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos observando o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:
I - Orientar e acompanhar a implementação de projetos da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que se aplicar às condições locais;
II - Participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;
III - Participar da elaboração e fiscalização e cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:
IV - Zelar pelo cumprimento do Regimento Escolar das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que considerem relevantes;
V - Avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

20/08/201

354
390

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

VI - Opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a. Sobre o funcionamento e a manutenção da demanda, quanto à organização, distribuição de anos (séries) e classes, por turno, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b. Cessão de prédio escolar inclusive para cursos atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registrados no Regimento Interno das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

VII - Propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tendo aquelas aprovadas pelo próprio Conselho, como os que são propostas aos alunos;

VIII - Opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - Sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições parceiras;

X - Exercer a função de Secretaria Municipal de Educação, tendo a equipe técnica, responsável pela aplicação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - Mobilizar campanhas de conscientização sobre o zelo e conservação do patrimônio público do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras.

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

XII - Elaborar sobre a qualidade de projetos especiais;

XIII - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (qualidade do ensino, frequência, repetição, aprovação, entre outros) sugerindo, quando necessário, ações pedagógicas e/ou outras encaminhadas visando a melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado;

XIV - Acompanhar as intervenções educadas pela Secretaria Municipal de Educação visando à integração com os indicadores, melhoria da escola quando houver, e com outras Secretarias Municipais;

XV - Solicitar e sugerir melhorias gerais de qualidade escolar, bem como a implementação, ou de seu aprimoramento quando houver, a necessidade de elaboração de algum plano de melhoria que seja de sua competência;

Art. 9º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

XVI - Elaborar o plano de formação continuada a ser promovido dos conselheiros escolares, visando sempre a qualificação de sua atuação;

XVII - Participar de atividades de formação continuada e participação dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando sempre a qualificação de seu trabalho;

XVIII - Elaborar seu relatório ao Encargo do Conselho Escolar, sempre que se fizer necessário;

XIX - Promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - Manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho;

Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 33 / 35

20/08/201

355
Sgs

Art. 10. O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente, uma vez por quadrimestre, a saber, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 10 (dez) membros de seus integrantes titulares.

Parágrafo único: O quórum mínimo para a realização do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11. O integrante do Conselho Escolar poderá ser afastado em caso de:

- I - Dimissão pelo pleito por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada, do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, inscrita no livro de atas, com a justificativa e a data da assinatura do pleito;
- II - Ausência justificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;
- III - Morte de três (3) reuniões justificadas, em reuniões de CE no prazo de doze (12) meses;
- IV - Renúncia;
- V - Fuga de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

Art. 11.

§ 1º. O suplente assume em caráter de substituição no caso das faltas justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º. Comprovada a vacância, o segmento deverá eleger novo representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observando o disposto no Artigo 5º desta Lei.

Art. 12. As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um livro próprio.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar n.º 32, de 25 de setembro de 2000.



Pirassununga, 11 de setembro de 2019 | Ano 06 | Nº 74

Página 34 / 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



356
282

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, no auditório beta do Palácio de Educação, sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Pirassununga, localizado na Avenida Germano Dix, nº. 3350, Jardim Carlos Gomes, Pirassununga – SP, foi realizada a Audiência Pública com a finalidade de levar ao debate público o Projeto de Lei Complementar, ainda sem numeração, que “Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências”. O referido projeto cria, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 32 de 2000, especificamente os artigos noventa e cinco ao cento e uma. Às dezesseis horas e dez minutos, o Secretário Municipal de Educação, Prof. Hamilton Alberto de Oliveira abriu oficialmente a sessão de audiência, agradecendo a presença dos convidados, e em seguida passou a palavra para o vereador Paulo Rosa, que explanou sobre a importância dos Conselhos de Escola e necessidade de regulamentar o seguimento. Na sequência, a assistente de diretor de escola Sara Zero dos Santos iniciou a apresentação dos slides informando que o material foi produzido por meio de um estudo elaborado por um representante da gestão das unidades escolares, e posteriormente indicou as fontes utilizadas para a construção do Anteprojeto e a legislação que sustenta os Conselhos Escolares. Em seguida, a assessora de secretaria Sandra Aparecida de Oliveira Baccarin iniciou a leitura do Anteprojeto que projetado em slides para que os presentes pudessem acompanhar o texto. Finalizando a leitura foi aberta a palavra para manifestação sobre o tema. O vereador Paulo Rosa sugeriu que no parágrafo primeiro do artigo onze conste expresso que quando houver a substituição do membro do conselho esta se tornará vigente até o término do mandato dos conselheiros nomeados. Foi sugerido também pelo vereador que no parágrafo segundo o artigo quinto conste a possibilidade de outras instituições participarem com direito a voz nas reuniões do conselho escolar. A representante da APEOESP Yara Aparecida Bernardi Antonialli sugeriu que constasse a expressão “Instituições Públicas e Oficiais”. O representante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, cabo Mancini questionou se após a constituição dos Conselhos nas unidades escolares haverá algum acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação para verificar se as reuniões estão acontecendo e se o Conselho é ativo na escola. Yara se pronunciou dizendo que o gestor da escola é competente para realizar esse acompanhamento. Foi informado que na Secretaria Municipal de Educação a DPFAI (Divisão de Políticas Públicas e Avaliação Institucional) atualmente é responsável por acompanhar a vigência e registro das APMs (Associação de Pais e Mestres) das escolas municipais, portanto, será a divisão responsável em acompanhar a constituição e atuação dos conselhos escolares, para orientar a necessidade do conselho atuar efetivamente na gestão democrática da escola. A diretora de Creche

AVENIDA GERMANO DIX, 3350, JARDIM CARLOS GOMES, PIRASSUNUNGA – SP. (19) 3563 8100



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

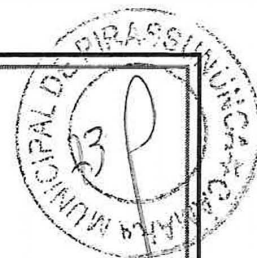


357
Sgr

Ângela Maria Rotário relatou que possui seis professoras e, que quando for compor o Conselho Escolar de sua unidade as professoras em sua totalidade deverão ser conselheiras para atender percentual de trinta por cento de docentes, pois, três serão titulares e três suplentes. Deste modo, a assistente de diretor de escola Milena Senhorini sugeriu ao invés de ser trinta por cento de docentes por trinta por cento de profissionais do magistério. Sheila Treis, membro do Conselho de Alimentação Escolar (representante dos pais de alunos) questionou como será realizada a nomeação dos conselheiros. Foi informado que conforme parágrafo terceiro do artigo quinto se dará por Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação. Professor Azarite, membro do Conselho de Alimentação Escolar (representante das Organizações de Sociedade Civil) questionou se haverá um prazo após a publicação da lei para que as escolas municipais constituam os respectivos Conselhos. Foi explicado que no anteprojeto foi omissivo quanto a este ponto, considerado de relevância. Assim, será discutido qual o prazo adequado e necessário. O Vereador Paulo Rosa informou que após o recebimento do Anteprojeto pela Câmara de Vereadores a votação ocorrerá em aproximadamente em um mês. Ivanilda Dutra Castanheira, membro do CACS – FUNDEB (representante do Conselho Tutelar) perguntou se o Conselho Tutelar poderá participar das reuniões dos Conselhos Escolares. Foi explicado que, conforme previsão do parágrafo segundo do artigo quinto poderá o Conselho Tutelar participar com direito a voz e não a voto das reuniões do Conselho Escolar quando a pauta for pertinente a atuação do Conselho Escolar junto à respectiva unidade. Professor Azarite explicou que chegar a um documento que regulamente a atuação dos Conselhos Escolares não é uma tarefa fácil e que, neste primeiro momento o texto está muito bom e parabenizou a atuação das pessoas responsáveis. Ao término da audiência Yara apontou que o gestor da unidade escolar pode ser o presidente, porém, foi explicado que o anteprojeto vedou ao diretor de escola assumir a presidência para garantir a gestão de democracia do colegiado. O Secretário Municipal de Educação Hamilton Alberto de Oliveira agradeceu a participação e presença de todos, informou que todas as sugestões apontadas serão encaminhadas para apreciação das pessoas que estão atuando na elaboração do anteprojeto para que, sendo de relevância seja incluído na versão a ser encaminhada para o Executivo e deu-se por encerrada a audiência. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezessete horas e dezoito minutos. Eu, Mirelle Macarini Salera Perceado, designada secretária, lavrei a presente ata, a qual lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Sr. Secretário Municipal de Educação, Prof. Hamilton Alberto de Oliveira, presidente da Sessão, consignando, que as demais assinaturas constam do Livro de Registro de Presenças. Pirassununga, onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove.



Câmara Municipal de Pirassununga



A Câmara Municipal de Pirassununga, atendendo ao princípio da transparência e ao artigo 37 da Constituição Federal, participa e convida os munícipes para a **Audiência Pública** que versará sobre o Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, de autoria do prefeito municipal, que “dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências”, cópia disponível em https://camarapirassununga.sp.gov.br/upload/kceditor/files/PLC_10_2019.pdf, a realizar-se **dia 24 de outubro de 2019 (quinta-feira), às 14h30**, no Plenário “Dr. Fernando Costa”, nesta Casa de Leis.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro/ Fone: (19) 3561-2811/ Caixa Postal: 89
E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br / Site:
www.camarapirassununga.sp.gov.br

Os documentos pertinentes a relação de Convidados, publicação do Convite e Ata da Audiência Pública realizada, estão arquivados em pasta própria.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de educação, saúde pública e de assistência social.

Sala das Comissões, 04 NOV 2019



José Antonio Camargo de Castro
Presidente



Paulo Eduardo Caetano Rosa
Relator



Paulo Sérgio Soares da Silva - "Paulinho do Mercado"
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga**, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 04 NOV 2019


Wallace Ananias de Freitas Bruno
Presidente


Luciana Batista
Relator


Vitor Naressi Netto
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga**, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro e orçamentário.

Sala das Comissões, 04 NOV 2019

Nelson Pagoti
Presidente

Edson Sidinei Vick
Relator

Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

COMISSÃO PERMANENTE DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA POPULAR

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei Complementar nº 10/2019**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga**, nada tem a objetar quanto a matéria de interesse local da população.

Salas das Comissões, 04 NOV 2019.


Edson Sidinei Vick
Presidente


Nelson Pagoti
Relator


Paulo Sérgio Soares da Silva - "Paulinho do Mercado"
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



APROVADO

Providencie-se a respeito

EMENDA Nº 01/2019

Sala das Sessões, 04 NOV 2019 de

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2019

AUTORIA: Prefeito Municipal

EMENTA: “Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga”

PRESIDENTE

A ementa do Projeto de Lei Complementar em epígrafe, passa a constar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências, revogando-se os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.”

Justificativa:

A presente emenda visa atender a melhor técnica legislativa na elaboração e redação das Leis, visando dar transparência que com a aprovação do Projeto serão revogados dispositivos da Lei Complementar nº 32, de 25/09/2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2019.

Comissão de Justiça, Legislação e Redação


Wallace Ananias de Freitas Bruno
Presidente


Vitor Naressi Netto
Relator


Luciana Batista
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 172 **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2019**

“Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências, revogando-se os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000”

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, ficam criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.

§ 1º Comunidade escolar, para efeito desta Lei é o conjunto de alunos/as, pais ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade educacional.

§ 2º Comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, constituindo-se no órgão máximo de direção, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 69
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Art. 5º O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

I - membros natos: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com direito a um único voto;

II - membros eleitos em assembleia do segmento, com mandato de dois (2) anos e podendo ser reeleitos, titular e suplente:

a) do quadro do magistério, em efetivo exercício na unidade;

b) dos trabalhadores da educação não docentes, em efetivo exercício na unidade;

c) da APM;

d) dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;

e) da comunidade local;

f) dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Visando a articulação democrática, os membros natos, o representante da APM e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, quando convidados, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam as escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade local de movimentos populares organizados e outras instituições públicas.

§ 3º A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Os membros titulares do Conselho Escolar, e seus suplentes, serão eleitos em assembleia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§ 1º Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Integram o Conselho Escolar titulares e suplentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o máximo de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes, respeitando-se o número par de titulares e suplentes dos membros eleitos, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.

§ 3º A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 30% (trinta por cento) de integrantes do quadro do magistério;

II - 20% (vinte por cento) não docentes;

III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou responsáveis legalmente constituídos;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89-
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



IV - 10% (dez por cento) da APM;

V - 10% (dez por cento) da comunidade local;

VI - 10% (dez por cento) alunos.

§ 4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade de alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho Escolar será bienal, sendo permitida reeleição e/ou substituição dos mesmos.

Parágrafo único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 8º O Conselho Escolar elegerá o/a Presidente, o/a Vice-Presidente e o/a Secretário/a entre os/as integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - discutir e adequar, implementando no âmbito da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;

II - participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;

III - participar da elaboração e fiscalizar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;

IV - zelar pelo cumprimento do Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que considerar relevantes;

V - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

VI - opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a) sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de anos (séries) e classes por turnos, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b) cessão de prédio escolar, inclusive para outras atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registradas no Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



VII - propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que a ele forem encaminhados;

VIII - opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares;

X - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto à equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - mobilizar campanhas de esclarecimentos sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras.

XII - deliberar sobre a viabilidade de projetos especiais;

XIII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) sugerindo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIV - acompanhar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação relativos à integração com as instituições auxiliares da escola quando houver e, com outras Secretarias Municipais;

XV - solicitar e sugerir assembleias gerais da comunidade escolar juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos quando houver a necessidade de discussão de algum assunto relevante que seja de sua competência;

XVI - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVII - participar de atividades de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVIII - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário;

XIX - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho.

Art. 10 O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Parágrafo único. O quórum mínimo para deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11 O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante o contraditório e a ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

§ 1º O suplente assume em caráter de substituição no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.

§ 3º Após o processo de eleição e nomeação do novo titular, o mesmo permanecerá até o final do mandato do atual conselho.

Art. 12 As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13 Após a publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá prazo não superior a quatro meses para que todas as Escolas Municipais constituam seus respectivos Conselhos Escolares.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.

Pirassununga, 12 de novembro de 2019.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sitio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Of. nº 01969/2019-SG

Pirassununga, 12 de novembro de 2019.

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência em anexo, cópia das seguintes proposituras: Indicações nºs 620 a 632/2019; e Pedido de Informação nº 307/2019, apresentadas em Sessão Ordinária realizada em 11 de novembro de 2019.

Seguem, outrossim, os Autógrafos de Lei Complementar nºs 171 e 172 (Emenda nº 01/2019), referentes aos Projetos de Lei Complementar nºs 04 e 10/2019, respectivamente; e Autógrafo de Lei nº 5403, referente ao Projeto de Lei nº 69/2019, cujo projeto de autoria de Vereador segue cópia anexa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os altaneiros votos de estima e consideração.

Jeferson Ricardo do Couto
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ADEMIR ALVES LINDO
Prefeito Municipal de
PIRASSUNUNGA – SP

Recebi
Pirassununga, 13 de nov / 2019
Daniel M. Cassin



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



JUNTADA

Neste ato procedo a juntada da **Lei Complementar nº 171, de 13 de novembro de 2019**, que “dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências, revogando-se os artigos 95 ao 101 da **Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000**”, no processo legislativo do Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, a qual por mim foi lida e conferida com o Autógrafo de Lei Complementar.

Pirassununga, 22 de novembro de 2019.


Jéssica Pereira de Godoy
Analista Legislativo Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



– LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019 –

“Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga e dá outras providências, revogando-se os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, ficam criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.

§ 1º Comunidade escolar, para efeito desta Lei é o conjunto de alunos/as, pais ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade educacional.

§ 2º Comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, constituindo-se no órgão máximo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



de direção, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiros.

Art. 5º O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

I - membros natos: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com direito a um único voto;

II - membros eleitos em assembléia do segmento, com mandato de dois (2) anos e podendo ser reeleitos, titular e suplente:

- a) do quadro do magistério, em efetivo exercício na unidade;
- b) dos trabalhadores da educação não docentes, em efetivo exercício na unidade;
- c) da APM;
- d) dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;
- e) da comunidade local;
- f) dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Visando a articulação democrática, os membros natos, o representante da APM e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Conselho Escolar, quando convidados, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam as escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade local de movimentos populares organizados e outras instituições públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 3º A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Os membros titulares do Conselho Escolar, e seus suplentes, serão eleitos em assembléia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§ 1º Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Integram o Conselho Escolar titulares e suplentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o máximo de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes, respeitando-se o número par de titulares e suplentes dos membros eleitos, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.

§ 3º A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

- I - 30 % (trinta por cento) de integrantes do quadro do magistério;
- II - 20 % (vinte por cento) não docentes;
- III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou responsáveis legalmente constituídos;
- IV - 10% (dez por cento) da APM;
- V - 10% (dez por cento) da comunidade local;
- VI - 10% (dez por cento) alunos.

§ 4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade de alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho Escolar será bienal, sendo permitida reeleição e/ou substituição dos mesmos.

Parágrafo único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 8º O Conselho Escolar elegerá o/a Presidente, o/a Vice-Presidente e o/a Secretário/a entre os/as integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - discutir e adequar, implementando no âmbito da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;

II - participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;

III - participar da elaboração e fiscalizar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;

IV - zelar pelo cumprimento do Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que considerar relevantes;

V - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

VI - opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a) sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de anos (séries) e classes por turnos, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b) cessão de prédio escolar, inclusive para outras atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registradas no Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.

VII - propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que a ele forem encaminhados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



VIII - opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares;

X - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto à equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - mobilizar campanhas de esclarecimentos sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras.

XII - deliberar sobre a viabilidade de projetos especiais;

XIII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) sugerindo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIV - acompanhar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação relativos à integração com as instituições auxiliares da escola quando houver e, com outras Secretarias Municipais;

XV - solicitar e sugerir assembleias gerais da comunidade escolar juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos quando houver a necessidade de discussão de algum assunto relevante que seja de sua competência;

XVI - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVII - participar de atividades de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVIII - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



XIX - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho.

Art. 10 O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11 O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante o contraditório e a ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

§ 1º O suplente assume em caráter de substituição no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



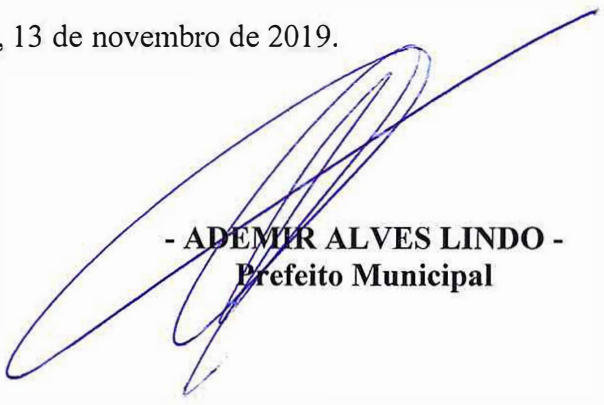
§ 3º Após o processo de eleição e nomeação do novo titular, o mesmo permanecerá até o final do mandato do atual conselho.

Art. 12 As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13 Após a publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá prazo não superior a quatro meses para que todas as Escolas Municipais constituam seus respectivos Conselhos Escolares.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.

Pirassununga, 13 de novembro de 2019.


- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.
Data supra.


VIVIANE DOS REIS
Secretária Municipal de Administração.
dmc/.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



JUNTADA

Neste ato procedo a juntada da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga, edição nº 077, de 05 de dezembro de 2019, da **Lei Complementar nº 171, de 13 de novembro de 2019, que “dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga”**, objeto de processo legislativo do Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, a qual por mim foi lida e conferida.

Pirassununga, 06 de dezembro de 2019.

Jéssica Pereira de Godoy

Analista Legislativo Secretaria



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 05 de dezembro de 2019 | Ano 06 | Nº 077

níveis superiores aos estabelecidos na legislação em regência (Resolução CONAMA 1/90 c.c NBR 10.152 da ABNT).

Esta Autorização de Uso é a título **precário, gratuito, intransferível e temporário**, podendo ser revogado a qualquer tempo, por ato unilateral do MUNICÍPIO, independentemente de interpelação judicial, extrajudicial ou qualquer indenização, objeto deste Termo.

DATA DA ASSINATURA: 03 de dezembro de 2019

LUIZ GONZAGA NEVES MELO JUNIOR
Procurador Geral do Município

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA

Pirassununga, 04 de dezembro de 2019.

Protocolo nº 118/2019

Fundamentação Legal: Artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 7.265/2018..

PUBLICAÇÃO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA, que entre si celebram, de um lado, O **MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA**, e de outro lado **CENTRO EDUCACIONAL NÚCLEO BASE**.

Constituem partes deste **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA**, que entre si celebram, de um lado, O **MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA**, e de outro lado **CENTRO EDUCACIONAL NÚCLEO BASE**

O presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA**, que entre si celebram, de um lado, O **MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA**, e de outro lado **CENTRO EDUCACIONAL NÚCLEO BASE**, por força do artigo 88 da Lei Orgânica, o MUNICÍPIO outorga o **AUTORIZADO**, tendo como objeto a **utilização das dependências do Centro de Convenções, no dia 09 de dezembro de 2019, das 8h30 às 12h30 para montagem e ensaios e das 18h00 às 20h30 para realização de Formatura e apresentação da Festa de Final de Ano.**

Esta Autorização de Uso é a título **precário, oneroso, intransferível e temporário**, podendo ser revogado a qualquer tempo, por ato unilateral do MUNICÍPIO, independentemente de interpelação judicial, extrajudicial ou qualquer indenização, objeto deste Termo.

DATA DA ASSINATURA: 02 de dezembro de 2019

LUIZ GONZAGA NEVES MELO JUNIOR
Procurador Geral do Município

**Secretaria Municipal
de Administração**

LEI (S)

**- LEI COMPLEMENTAR Nº 171. DE 13
DE NOVEMBRO DE 2019 -**

"Dispõe sobre a criação e organização dos Conselhos Escolares das Unidades Educacionais da Rede Municipal de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 05 de dezembro de 2019 | Ano 06 | Nº 077

Ensino de Pirassununga e dá outras providências, revogando-se os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Município de Pirassununga, ficam criados os Conselhos Escolares nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Pirassununga.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a própria expressão da escola como seu instrumento de tomada de decisões e a gestão democrática da escola para melhoria da qualidade da educação nela ofertada.

§ 1º Comunidade escolar, para efeito desta Lei é o conjunto de alunos/as, pais ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade educacional.

§ 2º Comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar é um órgão

colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, constituindo-se no órgão máximo de direção, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar não possui caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seu Dirigente ou Conselheiros.

Art. 5º O Conselho Escolar será composto pelos seguintes membros:

I - membros natos: Diretor da Unidade Educacional e o Professor Coordenador da Unidade, com direito a um único voto;

II - membros eleitos em assembléia do segmento, com mandato de dois (2) anos e podendo ser reeleitos, titular e suplente:

a) do quadro do magistério, em efetivo exercício na unidade;

b) dos trabalhadores da educação não docentes, em efetivo exercício na unidade;

c) da APM;

d) dos pais ou responsáveis dos alunos regularmente matriculados e frequentes;

e) da comunidade local;

f) dos alunos, de 5º Ano do Ensino Fundamental ou da Educação de Jovens e Adultos regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Visando a articulação democrática, os membros natos, o representante da APM e o representante da comunidade local não poderão exercer os cargos de Presidente ou Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º Poderão participar das reuniões do



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 05 de dezembro de 2019 | Ano 06 | Nº 077

Conselho Escolar, quando convidados, com direito a voz e não ao voto, os profissionais de outras Secretarias Municipais que atendam as escolas, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade local de movimentos populares organizados e outras instituições públicas.

§ 3º A nomeação dos membros do Conselho Escolar será realizada por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Os membros titulares do Conselho Escolar, e seus suplentes, serão eleitos em assembléia, por seus pares, respeitadas as respectivas categorias e o critério de proporcionalidade.

§ 1º Cada membro titular de segmento representado no Conselho Escolar terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Integram o Conselho Escolar titulares e suplentes, sendo o mínimo de 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes e o máximo de 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes, respeitando-se o número par de titulares e suplentes dos membros eleitos, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes das unidades escolares, a serem eleitos por Assembleia Geral por seus segmentos.

§ 3º A representatividade do Conselho Escolar deverá contemplar critérios de paridade e a sua composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 30 % (trinta por cento) de integrantes do quadro do magistério;

II - 20 % (vinte por cento) não docentes;

III - 20% (vinte por cento) pais de alunos ou responsáveis legalmente constituídos;

IV - 10% (dez por cento) da APM;

V - 10% (dez por cento) da comunidade local;

VI - 10% (dez por cento) alunos.

§ 4º Nas escolas de Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) a representatividade de alunos será substituída por pais/responsáveis.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho Escolar será bienal, sendo permitida reeleição e/ou substituição dos mesmos.

Parágrafo único. O mandato é prorrogado até a posse do novo Conselho Escolar, não podendo exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 8º O Conselho Escolar elegerá o/a Presidente, o/a Vice-Presidente e o/a Secretário/a entre os/as integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 5º.

Art. 9º O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - discutir e adequar, implementando no âmbito da Unidade Escolar, as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e complementá-las naquilo que as especificidades locais exigirem;

II - participar da elaboração do calendário da escola e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e legislação vigente;

III - participar da elaboração e fiscalizar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;

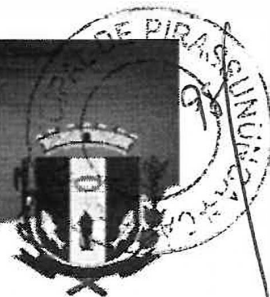
IV - zelar pelo cumprimento do Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga e propor à Secretaria Municipal de Educação alterações que



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 05 de dezembro de 2019 | Ano 06 | Nº 077

considerar relevantes;

V - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

VI - opinar quanto à organização, ao funcionamento da escola, ao atendimento das demandas e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação, particularmente:

a) sobre o atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição de anos (séries) e classes por turnos, utilização de espaço físico, considerando a demanda e qualidade do ensino;

b) cessão de prédio escolar, inclusive para outras atividades além do ensino, fixando critérios para uso e preservação de suas instalações, a serem registradas no Regimento Comum das Escolas Públicas Municipais de Pirassununga.

VII - propor alternativas para solução de problemas pedagógicos, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que a ele forem encaminhados;

VIII - opinar sobre normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor;

IX - sugerir prioridades para a aplicação de recursos da escola e das instituições auxiliares;

X - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto à equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XI - mobilizar campanhas de esclarecimentos sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência

física, psicológica e moral, entre outras.

XII - deliberar sobre a viabilidade de projetos especiais;

XIII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) sugerindo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIV - acompanhar os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Educação relativos à integração com as instituições auxiliares da escola quando houver e, com outras Secretarias Municipais;

XV - solicitar e sugerir assembleias gerais da comunidade escolar juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos quando houver a necessidade de discussão de algum assunto relevante que seja de sua competência;

XVI - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVII - participar de atividades de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XVIII - elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário;

XIX - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares do município de Pirassununga;

XX - manter registros atualizados de todos os encontros, pareceres e proposições do Conselho.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 05 de dezembro de 2019 | Ano 06 | Nº 077

Art. 10 O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 11 O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante o contraditório e a ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

§ 1º O suplente assume em caráter de substituição no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observado o disposto no Artigo 5º desta Lei.

§ 3º Após o processo de eleição e nomeação do novo titular, o mesmo permanecerá até o final do mandato do atual conselho.

Art. 12 As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13 Após a publicação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá prazo não superior a quatro meses para que todas as Escolas Municipais constituam seus respectivos Conselhos Escolares.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 95 ao 101 da Lei Complementar nº 32, de 25 de setembro de 2000.

Pirassununga, 13 de novembro de 2019.

- ADEMIR ALVES LINDO -

Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

VIVIANE DOS REIS.

Secretária Municipal de Administração.

Dmcl/.

- LEI Nº 5.483, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019 -

"Institui a Lei Lucas, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de cursos de primeiros socorros para funcionários e professores de estabelecimentos no Município de Pirassununga voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental e cria o selo 'Lei Lucas Begalli Zamora', conforme especifica.".....

**A CÂMARA MUNICIPAL DE
PIRASSUNUNGA APROVA E O**